

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo fecha 2020 com rombo fiscal recorde de R\$ 743 bi 4

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas têm rombo de 10% do PIB e só devem voltar ao azul em 2027 6

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Risco de romper teto de gastos é elevado (2) 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio depende de desindexar gastos - CLAUDIA SAFATLE 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Pandemia abre rombo recorde em 2020 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp tem rentabilidade de 9,55% 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

País cresce menos, inflação sobe 12

HOJE EM DIA - MG - DOIS PONTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Articulação - ESPLANADA 13

O TEMPO - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Baleia Rossi acusa o rival de mentir e vê salto alto na disputa 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Queixa de caminhoneiros não é nosso problema, diz presidente da Petrobras 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vale tudo pelo equilíbrio fiscal? 19

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senadores negociam "presidente de consenso" - CLÁUDIO HUMBERTO 27

JORNAL DA CIDADE - SE - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo industrial avança 8,6% 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desemprego atinge 14 milhões de pessoas 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Rombo fiscal cresce 666% e vai a R\$ 743 bi 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economia dos EUA tem em 2020 a maior contração em 74 anos..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Para onde vai a Selic? (2)..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O desemprego e a pauta do governo (3)..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Brasil abre 142 mil vagas formais em 2020..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crédito bancário tem alta de 15,5% em 2020, mostra BC..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economia dos EUA tem pior desempenho desde a 2ª guerra..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Um pouco de inflação não faria mal (2)..... 39

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Dívida trilionária dispara novo alerta para crise fiscal (3)..... 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mundo paralelo da equipe econômica - MÍRIAM LEITÃO..... 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Arminio: setor privado buscar vacinas 'não é boa ideia'..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Prorrogar auxílio seria "desastre", afirma Bolsonaro..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Melhora do emprego não deve durar..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Bolsonaro perde apoio empresarial, diz Fraga..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

PIB dos EUA cresce abaixo do esperado no 4º tri; este ano deve ter começo fraco..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Crédito cresce 16% apesar de pandemia..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Kit Brasil" volta a valer após sinal de alta de Selic..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Uma nova referência para os investimentos - PALAVRA DO GESTOR 54

O DIA - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Reforma administrativa no centro dos debates - SERVIDOR 56

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Presidente dá alfinetada em Mourão 58

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA

No NE, Bolsonaro pede voto para Lira, 'nosso presidente' 59

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Centrão prepara 'day after' da eleição com ocupação de cargos 61

O GLOBO - RJ - PAÍS
POLÍTICA

Pasta do Bolsa Família deve ir para Republicanos 63

O GLOBO - ON LINE - RJ
POLÍTICA

Ministros de Bolsonaro pedem demissão para votarem em Lira (Lauro Jardim) 64

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
POLÍTICA

Após reforma ministerial, Republicanos deve indicar titular da Cidadania 65

Governo fecha 2020 com rombo fiscal recorde de R\$ 743 bi

Bernardo Caram

Sob efeito da pandemia, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de **impostos**, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões em 2020.0 resultado é o pior da série histórica, iniciada há 24 anos.

O déficit primário, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (28), equivale a 10% do **PIB** e é maior do que a soma de todos os rombos registrados em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Em dezembro, último mês de vigência do decreto de calamidade pública, o rombo nas contas do governo ficou em R\$ 44,1 bilhões, ante um déficit de R\$ 14,6 bilhões do mesmo mês de 2019.

O resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas do governo. Os gastos com juros da dívida pública não entram nessa conta. O governo registra déficit, portanto, quando gasta mais do que arrecada.

No resultado acumulado de 2020, a receita total do governo ficou em R\$ 1,47 trilhão, uma queda real de 13,1%. O movimento foi motivado pela deterioração da economia. Com as medidas restritivas e de distanciamento social nos estados e municípios, o faturamento das empresas caiu, afetando negativamente o pagamento de **impostos**.

A crise provocou, por exemplo, uma queda de 5,3% na arrecadação de contribuições para o **INSS**. As receitas do governo com dividendos recuaram 69%, enquanto os ganhos com concessões caíram 91% -depois do grande volume de leilões de petróleo em 2019, não houve operações de grande impacto.

Do lado das despesas, com resultado de R\$ 1,95 trilhão, houve um aumento de 31,1% acima da **inflação** nos gastos do governo no ano passado, em comparação com 2019. Somente os desembolsos diretamente relacionados ao enfrentamento da crise sanitária somaram R\$ 524 bilhões.

A medida de maior impacto foi o auxílio emergencial, que teve custo total de R\$ 293 bilhões. A compensação paga a trabalhadores com jornada

reduzida ou contrato suspenso ficou em R\$ 33,5 bilhões. O governo federal ainda gastou R\$ 78 bilhões com o programa de socorro a estados e municípios.

Para viabilizar essas despesas, o Tesouro precisou emitir grande volume de títulos públicos no ano passado, o que ampliou o endividamento.

A previsão oficial do Ministério da Economia é que a dívida pública suba de 74,3% do PIB em 2019 para 91% do **PIB** em 2020.0 dado oficial será informado pelo Banco Central nesta sexta-feira (29).

Embora negativo, o resultado fiscal de 2020 veio melhor do que o esperado pelo governo. A estimativa mais recente, apresentada no fim do ano, projetava um rombo de R\$ 831,8 bilhões nas contas federais. O déficit efetivo foi R\$ 88,7 bilhões menor.

Segundo o Tesouro, parte dessa diferença ocorreu porque o governo acabou não gastando R\$ 36 bilhões em recursos que estavam previstos para o que se viu enfrentar a pandemia. Na Previdência, houve uma despesa menor de R\$ 7 bilhões com pagamento de benefícios.

A expansão de gastos para mitigar efeitos da pandemia em 2020 só foi possível porque o governo e o Congresso decretaram estado de calamidade pública de março a dezembro do ano passado, além de implementarem o chamado Orçamento de Guerra.

As medidas desobrigaram o Executivo a respeitar regras fiscais. A maior parte dos gastos relacionados à pandemia foi autorizada por meio de créditos extraordinários, mecanismo que pode ser usado em situações urgentes e imprevisíveis e que não é contabilizado no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas.

Também ficou dispensada a regra de ouro, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

Por fim, não foi necessário cumprir a meta fiscal, o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. Em 2020, esse compromisso havia sido estipulado em R\$ 124,1 bilhões de déficit. Portanto, o resultado fechado do ano

ficou R\$ 619 bilhões pior do que a meta.

Apesar da liberdade para expandir os gastos, muitos ministérios não conseguiram gastar todo o recurso disponível para o ano. No total, R\$ 21,7 bilhões acabaram empoçados, sem uso, com valores mais relevantes nos ministérios da Educação (R\$ 4,5 bilhões), Ministério da Economia (R\$ 3,7 bilhões) e Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 2,5 bilhões).

Novo reajuste que levaria mínimo a RS 1.102 pode ficar para 2022

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, indicou que o governo pode deixar para 2022 a correção residual do salário mínimo para compensar integralmente a **inflação**. Com isso, o governo não editaria nova medida neste mês para reajustar o piso de R\$ 1.100 para R\$ 1.102.0 tema está em discussão, e o martelo ainda não foi batido. Mas Funchal citou a possibilidade. "Historicamente, diferenças pequenas [a serem corrigidas] acabam compensadas no reajuste do ano seguinte."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49421&anchor=6427563&pd=c1298ce1365ed49b55113d99399d8574>

Contas públicas têm rombo de 10% do PIB e só devem voltar ao azul em 2027

Idiana Tomazelli Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

A pandemia levou o Brasil a ter em 2020 o maior rombo de sua história e ainda deixou uma cicatriz nas contas públicas que só deve ser sanada em 2027, quando há a previsão de que o País volte finalmente a registrar receitas maiores que despesas. O déficit foi de R\$ 743,1 bilhões, o equivalente a 10% de toda a renda gerada pela economia brasileira em um ano e medida no Produto Interno Bruto (**PIB**).

Com as finanças no vermelho desde 2014, o Brasil foi atingido pela pandemia num momento em que já tinha fragilidade fiscal e se viu obrigado a abrir os cofres para bancar políticas de assistência a empresas e famílias vulneráveis à crise provocada pela covid-19. A dívida deu um salto e chegou a 90% do **PIB**, e o superávit, que já vinha sendo adiado ano a ano, ficou ainda mais distante. A equipe econômica tem reforçado o discurso na defesa de reformas fiscais que ajudem a conter os gastos públicos e antecipem a trajetória de melhora nas contas.

"Depende de nós, se avançarmos com reformas que melhorem a eficiência do gasto e permitam melhorar a arrecadação em proporção do **PIB**. A **reforma tributária** e a administrativa afetam as trajetórias de receitas e despesas e fazem com que superávit possa chegar mais cedo", disse o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal.

Podia ser pior. O rombo de 2020, porém, poderia ter sido pior. A expectativa era que ele superasse a barreira dos R\$ 800 bilhões. No entanto, além de uma parte das despesas contra covid-19 terem ficado para 2021, um gasto menor que o previsto com benefícios previdenciários, salários de servidores, abono e seguro-desemprego no ano passado acabou ajudando o Tesouro Nacional.

As despesas discricionárias, que incluem os investimentos, ficaram R\$ 7,6 bilhões abaixo do previsto. Houve ainda desvios em despesas previdenciárias (R\$ 7 bilhões), abono e seguro-desemprego (R\$ 4,5 bilhões) e despesas de pessoal (R\$ 3,2 bilhões).

O déficit do **INSS**, que havia sido estimado em R\$ 268,2 bilhões em novembro, acabou ficando em R\$ 259,1 bilhões no fechamento do ano - uma diferença

de R\$ 9,1 bilhões.

Diante desse quadro, o governo deve fazer uma revisão dessas despesas para este ano, o que deve ajudar no desafio de cumprir o teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à **inflação** e que está fortemente pressionada pelo aumento dos gastos obrigatórios e pelo desejo do Congresso Nacional de turbinar obras e fortalecer políticas sociais.

Segundo o Tesouro, as chamadas despesas discricionárias, que incluem o custeio da máquina e os investimentos, devem ficar em 2021 num "montante próximo à execução de 2020", o que de certa forma é um fator de alívio, já que elas ficaram em R\$ 108,2 bilhões no ano passado.

A última previsão para as despesas não obrigatórias em 2021 era bem menos otimista, com cerca de R\$ 83 bilhões para custeio e investimentos.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, o governo já vinha contando com a possibilidade de rever despesas previdenciárias e com pessoal para baixo e, assim, ter mais espaço para acomodar pressões de aumento das despesas. Uma delas é justamente o reajuste maior do salário mínimo por causa da variação do INPC. O Orçamento de 2021 foi elaborado com um piso estimado em R\$ 1.067, mas o valor final acabou sendo bem maior, de R\$ 1.100.

Reformas

"A **reforma tributária** e a administrativa afetam as receitas e despesas e fazem com que o superávit possa chegar mais cedo."

Bruno Funchal SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco de romper teto de gastos é elevado (2)

Felipe Salto

Em 2020, o déficit primário do governo central (sem contar os juros da dívida) totalizou R\$ 743,1 bilhões, impulsionado pelo combate à covid-19. O número ficou próximo do projetado pela IFI (R\$ 779,8 bilhões). O rombo é elevado e será necessário um plano de saída bem construído para os próximos anos.

Era previsível o resultado negativo e, em 2021, a evolução do quadro pandêmico poderá exigir novas ações do governo para amenizar os efeitos da crise e salvaguardar a vida dos que estão sem emprego e renda. A esse respeito, vale ver o recente artigo do economista Cláudio Adilson para o 'Estadão'.

O fundamental é ter um plano de voo transparente e sinalizar firmemente para uma dívida que pare de crescer em relação ao **PIB** dentro de alguns anos.

Conforme dados divulgados ontem pelo Tesouro, as receitas líquidas de transferências a Estados e municípios caíram 13,5%, descontada a **inflação**, entre 2019 e 2020. A dinâmica da arrecadação refletiu o quadro recessivo, apesar de a economia ter apresentado desempenho melhor que o esperado.

Provavelmente, uma recessão de 4,5%.

Já a despesa cresceu a 31,1% acima da **inflação**.

As obrigatórias ficaram relativamente comportadas, a exemplo de pessoal, quase estacionado em 4,3% do **PIB**. A despesa do **INSS**, por sua vez, passou de 8,5 a 9,0% do **PIB**. As ações contra a covid, já contando com o auxílio emergencial a vulneráveis, nas duas versões (de R\$ 600 e R\$ 300), totalizaram R\$ 539,4 bilhões, a preços de dezembro de 2020. Sem isso, a despesa total não teria crescido em termos reais em relação a 2019.

Para 2021, o risco de romper o teto de gastos é elevado. As despesas que podem ser cortadas, as chamadas discricionárias, estão previstas em R\$ 83,9 bilhões, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sem contar emendas parlamentares (impositivas). Reduzi-las ainda mais poria em risco o funcionamento de certas políticas públicas, levando ao chamado "shutdown", como é conhecida a paralisação da máquina pública lá fora.

A falta de planejamento é uma debilidade muito grave e antiga. Em períodos de crise, isso se torna ainda

mais evidente. É urgente que o governo mostre, com clareza, a programação orçamentária de 2021 e as fontes de financiamento para os gastos não previstos, bem como se a válvula de escape prevista na regra do teto - o chamado crédito extraordinário - será utilizada. A crise ainda é profunda; a pandemia se alastra. É preciso reancorar as expectativas e dar um horizonte menos turvo à sociedade e ao mercado.

ECONOMISTA, É DIRETOR EXECUTIVO DA IFI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Auxílio depende de desindexar gastos - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

A três dias da definição das mesas diretoras da Câmara e do Senado, o governo afia as suas propostas, a começar da aprovação do Orçamento da União para este exercício e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial, encorpada com os três D-desindexação, desvinculação e desobrigação do gasto público. Para uma fonte do Ministério da Economia, "o Orçamento deste ano e a PEC são peças definidoras do xadrez que vamos jogar", a partir da posse dos presidentes da Câmara e do Senado, na semana que vem.

As informações que chegam à equipe econômica são de que, se o vencedor do pleito para a presidência da Câmara dos Deputados for Artur Lira (PP-AL), será possível sonhar com a desindexação dos gastos orçamentários, que é, de longe, o D que mais pressiona a despesa pública. Com o apoio de Jair Bolsonaro, Lira entraria para tocar uma agência bem afinada com o Executivo, ao contrário do antecessor, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Cálculos feitos por técnicos do governo ainda em 2019 davam conta de que a indexação respondia por cerca de R\$ 60 bilhões de expansão do gasto naquele ano. Ou seja, segundo esse levantamento, 67,7% da despesa orçamentária é indexada à **inflação** medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou pelo INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou ainda à variação do salário mínimo. Com a aceleração recente da **inflação**, essa conta está sendo refeita e é, seguramente, superior àquela cifra.

A desvinculação e a desobrigação não representam possibilidade de redução do gasto, mas desengessam o Orçamento, permitindo o remanejamento de recursos e a sua realocação. Nesse aspecto, a busca de eficiência do gasto público, com a vinculação, fica comprometida na medida em que o dinheiro já é carimbado para determinadas despesas.

A partir da eventual aprovação da desindexação, desvinculação e desobrigação será possível desenhar um novo programa de auxílio emergencial e, nesse tocante, há duas hipóteses sendo tratadas na área econômica do governo: investir em uma opção estrutural e definitiva a partir de um programa de renda

mínima que melhore a distribuição da riqueza no país; ou criar um novo auxílio de uns R\$ 200 por mais três meses, que seria o prazo considerado factível para a vacinação em massa da população.

A partir da vacinação espera-se uma retomada efetiva da trajetória de crescimento do país e, portanto, com a consequente recuperação do emprego e da renda.

Já em relação à primeira alternativa, não seria preciso inventar muita coisa. Bastaria ampliar o alcance do Bolsa Família com novas regras de acesso e com aumento do valor. Para os defensores de uma política de renda mínima, "esta seria uma mudança estrutural, o resto é puxadinho".

As prioridades para este ano seriam, portanto, a saúde-com a vacinação em massa -, a renda e o emprego. Não consta dos planos do governo a hipótese de melhorar a performance do investimento público como um instrumento de retomada do crescimento econômico. Nos tempos do "milagre econômico" os investimentos públicos chegaram à 5% do **PIB**. Hoje eles se encontram na casa de 0,5% do **PIB**.

Mesmo sujeita à lei do teto de gastos, a despesa pública é extremamente rígida e, por ter praticamente dois terços dela indexados a índices de preços ou à variação do salário mínimo, para cumprir o teto quem é penalizado é o gasto discricionário e, nele, o investimento.

"Desta vez quem vai ter que comandar a expansão do investimento é o setor privado", salientam fontes da área econômica. Estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sugerem que os poucos recursos dos investimentos públicos deveriam ser usados como garantia para os investimentos privados.

Informações da Secretaria do Tesouro Nacional apontam uma série de despesas indexadas, a começar dos benefícios da **Previdência Social**, o abono salarial e o seguro-desemprego que são atrelados à variação do salário mínimo e ao INPC. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é corrigido pelo valor do mínimo e o IPCA é o índice que atualiza os valores das aplicações mínimas constitucionais para as áreas da educação e da saúde, dentre outros.

O fato de não estar oficialmente indexado a algum índice de correção não significa que aquela despesa ficará congelada nos seus valores nominais eternamente. Os salários, no setor privado, não têm correção automática, mas também não são congelados, obedecendo a uma negociação entre patrões e empregados que vai determinar os reajustes anuais conforme os ciclo econômicos e,

consequentemente, a situação do mercado de trabalho.

Ao ser informado, no ano passado que com o fim da indexação acabariam os reajustes automáticos das aposentadorias e pensões, o presidente Jair Bolsonaro se posicionou imediatamente contra a medida. O entendimento de fontes graduadas do Ministério da Economia é que a oposição de Bolsonaro, naquela ocasião, foi influenciada pela proximidade das eleições municipais. Acredita-se que agora, com um interregno de campanhas eleitorais nos próximos nove a dez meses, o governo terá um período de "calmaria" política para tocar sua agenda de reformas. Nas contas de fontes oficiais, a campanha pela sucessão presidencial deve começar a ocupar integralmente as mentes palacianas e parlamentares por volta de setembro a outubro deste ano.

O tempo, portanto, é curto e a desindexação é um movimento que só deve ser iniciado em períodos de **inflação** baixa, quando os índices de preços perdem relevância para os contratos em geral. Mas acabar com a correção automática dos gastos públicos é completar o Plano Real, de 1994, que deixou essa ponta inalterada em uma época em que não era disseminada a preocupação com a crescente despesa pública, na medida em que era coberta pelo aumento das receitas com **impostos** e contribuições. Hoje ela é financiada pelo aumento da dívida pública.

Correção automática é resto do Plano Real

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186652?page=1§ion=1

Pandemia abre rombo recorde em 2020

Fabio Graner e Edna Simão De Brasília

Mesmo menor que o esperado pelo Ministério da Economia, o governo central (Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central) encerrou o ano passado com um rombo de R\$ 743,1 bilhões, o equivalente a 10% do **PIB**. O déficit recorde foi provocado pela pandemia, que exigiu fortes gastos e medidas de renúncia de receitas, mas ficou R\$ 88,7 bilhões inferior ao previsto pelo governo.

Esse resultado melhor que o projetado ocorreu devido, principalmente, ao empoçamento de recursos (que ocorre quando o ministério tem um saldo liberado para gastar mas não o faz) e algumas despesas obrigatórias abaixo do esperado, como Previdência.

O déficit do Regime Geral de **Previdência Social** em 2020 foi de R\$ 259,1 bilhões, alta de 18,7% ante o ano anterior. Mesmo assim, o número foi R\$ 9,1 bilhões melhor que o estimado pelo órgão para o ano e deve ajudar na acomodação de despesas maiores em 2021, como o aumento do salário mínimo.

Em dezembro, a conta teve superávit de R\$ 4,6 bilhões, mas o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, explicou que isso decorreu por conta da antecipação de pagamentos no ano, um dos instrumentos de enfrentamento da crise.

O grande peso no déficit primário recorde, contudo, veio do Tesouro. Nos últimos anos, ele vinha tendo números positivos, mas em 2020, com as ações como auxílio emergencial, o resultado foi deficitário em R\$ 483,4 bilhões.

Sem considerar as despesas para a covid-19, a execução do Orçamento da União ficou R\$ 52 bilhões abaixo do teto de gastos no passado. O desempenho se deve ao forte esforço fiscal, especialmente do Poder Judiciário, para conseguir fechar 2020 dentro dos limites de gastos, pois já não teria mais compensação pelo Tesouro. A exceção ao esforço foi do Ministério Público, que estourou seu limite com a benção do Tribunal de Contas da União (TCU).

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186652?page=1§ion=1

Funpresp tem rentabilidade de 9,55%

Edna Simão De Brasília

Mesmo sofrendo com o impacto da pandemia na economia, o Fundo de **Previdência Complementar** do Servidor Público (Funpresp) encerrou 2020 com uma rentabilidade de 9,55% ao ano em sua carteira, ou seja, acima do índice de referência que persegue, que é de IPCA mais 4% ao ano (8,7%). Em 2019, a rentabilidade da carteira foi de 11,15% ao ano.

O diretor-presidente do Funpresp, Ricardo Pena, explicou ao Valor que a rentabilidade foi assegurada nos últimos dois meses do ano devido às notícias positivas para a economia, como é o caso do início da vacinação do coronavírus e as eleições nos Estados Unidos.

Além disso, o fundo tinha iniciado em março uma diversificação de suas carteiras, ampliando as aplicações em ações e reduzindo em títulos públicos. Num primeiro momento, com a pandemia, houve uma perda nos valores das ações, mas que se recuperaram depois. "Somos investidor de longo prazo, não vamos vender ativo com prejuízo, a gente pode esperar um pouco para fazer esse saque."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

País cresce menos, inflação sobe

VERA BATISTA

Devido aos gastos extraordinários com a pandemia e à alta do endividamento do país, em 2021, o Brasil deverá ter crescimento menor, com **inflação** mais alta, afirmou o presidente do Banco Central, Roberto Campos, ao falar para os agentes de mercado durante o evento virtual MB Strategy. "Um ponto importante é o estoque da dívida, que tem que ser digerido", destacou. Ele reafirmou, ainda, que a vacina contra a covid-19 "é a luz no fim do túnel", porque vai reduzir o número de mortes e internações.

Há um prêmio de risco fiscal embutido na curva de juros, diante da nova situação fiscal, disse o presidente do BC, por isso, o cronograma de reformas é fundamental para diminuir esse prêmio. "O fiscal é uma chave importante, mas tem um limite", destacou. Ele lembrou que, nesse início de 2021, existe uma "janela de liquidez" - resultado das políticas de distribuição de renda, principalmente o auxílio emergencial, combinadas com a volta da atividade. O mais importante, reforçou, é o país "debelar a pandemia e ter um plano com credibilidade que leve em consideração as restrições fiscais".

Questionado sobre a demanda global por estímulos fiscais, Campos Neto ressaltou que a crise sanitária ensinou muito aos países emergentes. E o Brasil foi pego no momento em que começava a buscar um equilíbrio na qualificação da mão de obra, com o avanço da tecnologia. Com isso, trabalhadores menos qualificados tendem a ficar de fora do mercado de trabalho, principalmente os informais. Esse contexto, unindo as duas pontas, levará a um ambiente de mais desenvolvimento, com mais dívidas para os governos e para as empresas que precisarão amparar os que "ficarem de fora".

"Enfim, nosso crescimento tem que ser privado. Precisamos de crédito privado", disse Campos Neto. Ele também falou da "onda azul", nos Estados Unidos, fenômeno que se caracteriza pela mudança de rumo na política econômica com a chegada o presidente Joe Biden. Ele disse que independentemente da "onda azul", a sociedade demanda uma retomada inclusiva e sustentável no pós-pandemia. E o pacote fiscal americano proposto por Biden, de US\$ 1,9 trilhão, tem características redistributivas.

Juros em alta

Os juros do cheque especial e do cartão de crédito

para a pessoa física voltaram a subir entre novembro e dezembro de 2020, conforme dados do Banco Central. A taxa média do cheque especial passou de 113,5%, em novembro, para 115,6% ao ano, em dezembro. No acumulado do ano, porém, houve queda de 132 pontos percentuais. No caso do rotativo do cartão de crédito, a média cobrada aumentou de 238,1% para 321,2% no mesmo período - 9,3 pontos acima do custo anualizado de 318,8% no fim do ano anterior. As taxas de financiamentos e do crédito consignado para **servidores públicos** também tiveram alta em dezembro.

"O mais importante é o país debelar a pandemia e ter um plano com credibilidade que leve em consideração as restrições fiscais" Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

Articulação - ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI

Parlamentares e ministros atribuem ao chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, a migração de votos e apoios do apadrinhado de Rodrigo Maia (DEM-RJ), Baleia Rossi (MDB-SP), para o candidato do Planalto, Arthur Lira (Progressistas-AL). Desde odia9 de dezembro, quando Lira lançou sua candidatura, o gabinete de Ramos na Presidência recebe, diariamente, uma peregrinação de deputados de vários partidos, inclusive da oposição.

A MESA

As conversas, claro, envolvem a liberação de emendas parlamentares e mais espaço nos ministérios, além de temas relacionados aos redutos eleitorais dos deputados.

VIRADA

Dias atrás, Baleia Rossi liderava a corrida para a disputa que será definida na segunda-feira, 1º de fevereiro. Com a interferência de Ramos, Bolsonaro e outros ministros, Lira virou e hoje-favorito-conta com mais de 250 votos.

DESPEDIDA

Apesar do empenho para eleger Arthur Lira, o general Ramos deverá deixar o comando da Secretaria de Governo após o pleito na Câmara. Na **reforma ministerial** que está sendo desenhada, o cargo poderá ser entregue a um parlamentar do Centrão.

GASTO\$

Os gastos com alimentos em 2020, que levantaram polêmica nos últimos dias-em especial, o leite condensado -, são de todo o Governo Federal, não só dos palácios (Planalto e Alvorada). Incluem despesas com programas sociais e ministérios, como Defesa e Educação.

MENOS, PRESIDENTE

Mas nada justifica a reação do presidente Jair Bolsonaro de lançar palavras de baixíssimo calão contra a imprensa em resposta à divulgação dos gastos. E muito menos ser aplaudido por uma claqué de ministros e artistas de sertanejo.

DESPESAS

Dados das "Despesas Públicas" do Portal da Transparência do Governo Federal só estão disponíveis até o dia 31 de dezembro de 2020. O atraso nas informações de janeiro-empenho, liquidação e pagamento -, diz a Controladoria-Geral da União, se deve a alterações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).
VARIANTE

Pesquisadores cruzaram dados de voos da Anac e apontam que os aeroportos de São Paulo, Guarulhos, Brasília, Rio de Janeiro (Santos Dumont), Confins, Porto Alegre, Rio de Janeiro (Galeão), Salvador, Curitiba, Recife, Fortaleza, Campinas, Florianópolis e Vitória têm maior vulnerabilidade à variante do coronavírus encontrada em Manaus.

PROTOCOLO

Os profissionais que integram o Observatório Co-vid-19 lembram que vários estados estão recebendo pacientes de Manaus que são, por vezes, acompanhados de familiares, sem que nenhum protocolo especial tenha sido implementado para documentar os casos e monitorar possíveis transmissões ocorridas com a nova variante entre estados.

RURALISTAS

Com peso para definir a eleição na Câmara, a bancada ruralista está 80% fechada com Arthur Lira (PP-AL), segundo estimativa apresentada por deputados ao presidente Jair Bolsonaro em café-da-ma-nhã no Palácio da Alvorada.

ROMBO

Segundo o Tesouro Nacional, o déficit nas contas do Governo foi de R\$ 743,787 bilhões em 2020 - o maior da série histórica, que começou em 1997. O rombo bilionário é 666,5% maior que o registrado em 2019 (95,065 bilhões).

FISCO

Entidades que representam o Fisco brasileiro encaminharam aos candidatos às presidências da Câmara e do Senado pedido de prioridade à votação da **Reforma Tributária**. "A única capaz de produzir resultados imediatos, como a geração de empregos, a justiça fiscal e destravar a economia", defendem na

carta.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/?numero=11532&edicao=12676>

Baleia Rossi acusa o rival de mentir e vê salto alto na disputa

Candidato do presidente Bolsonaro à Presidência da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) tem plantando notícias mentirosas e está de "salto alto" na disputa, afirma seu adversário na corrida eleitoral, deputado Baleia Rossi (MDB).

Rossi, presidente do MDB, é o nome apoiado pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para sucedê-lo.

Nos últimos dias, ganharam força notícias de que o bloco de Maia estaria enfrentando defecções importantes, inclusive dentro do DEM, partido do deputado.

A eleição acontece nesta segunda-feira (1º), no plenário da Câmara. Em entrevista após participar de uma rodada de perguntas promovidas pela frente parlamentar contra a corrupção ontem, Baleia Rossi afirmou que seu adversário pelo comando da Casa está desesperado.

"Quem está ganhando a eleição não precisa mentir.

E os nossos adversários estão mentindo muito, e isso é sinal de desespero", afirmou.

O presidente do MDB disse que está conversando com deputados e descartou qualquer possibilidade de o DEM migrar para o bloco de Lira - aliados do líder do centrão calculam ter dois terços de apoio no partido de Rodrigo Maia, que nega.

"Vejo um desespero muito grande por parte do nosso adversário. Vejo plantações de notícias mentirosas, vejo eles de salto alto, cantando vitória", afirmou Rossi.

"E vejo também uma interferência brutal do Palácio do Planalto na tentativa de diminuir o debate da Câmara, de fragilizar o trabalho dos parlamentares", disse.

Ontem, o emedebista afirmou ainda que pretende votar a **reforma tributária**, relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ainda no primeiro trimestre deste ano. Segundo Rossi, caso as mudanças já tivessem sido aprovadas, a montadora Ford não teria deixado o país.

Site:

<http://digital.otempo.com.br/leitor/#jornais/1/edicoes/156>

76

Queixa de caminhoneiros não é nosso problema, diz presidente da Petrobras

André Ramalho Do Rio

Em meio a ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, no dia 1-de fevereiro, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a dificuldade enfrentada pela categoria passa pelo excesso da frota de caminhões no país e que isso "não se trata de um problema" da petroleira. Sobre o pedido do setor para que os preços do derivado sejam reduzidos, o executivo alegou que o diesel vendido no Brasil "não é caro nem barato", e sim alinhado ao mercado.

"Os caminhoneiros autônomos têm uma frota cuja idade média é de 20,5 anos. São caminhões antigos, altamente consumidores de diesel... O custo do diesel é muito mais alto para eles. O custo de manutenção é evidentemente mais alto. Então trata-se de um problema de excesso de oferta, não se trata de um problema da Petrobras", afirmou Castello Branco ontem durante evento on-line do Credit Suisse.

A Petrobras chegou a ficar quase um mês sem reajustar o diesel, nas refinarias, mesmo diante da valorização de 8,9% do barril do tipo Brent no período. Na quarta-feira, a empresa aumentou o preço do litro do derivado em 4,4%. Foi a primeira alta do ano.

Mesmo assim, concorrentes da petroleira, representados pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, afirmam que a estatal não reajustou tudo o que poderia. Importadores acusam a empresa de praticar preços abaixo da paridade internacional, ante as ameaças de greve.

No mesmo dia em que a Petrobras reajustou o diesel, o presidente Jair Bolsonaro fez um apelo para que os caminhoneiros não parassem. Disse que busca alternativas para mitigar os efeitos da alta do combustível, mas que a solução "não é fácil". O presidente acenou que está disposto a reduzir **impostos** federais para baratear o derivado, mas que espera que os governadores também reduzam ICMS.

Bolsonaro disse ainda que considera "razoável" o preço do diesel nas refinarias. Ontem, foi a vez de Castello Branco alegar que o preço final do derivado no país não é caro. Ele citou uma pesquisa do site Global Petrol Prices, que monitora 165 países. No dia

18 de janeiro, o preço para o consumidor, no Brasil, estava 26,7% abaixo da média global. "O preço do diesel e demais combustíveis no Brasil não é caro nem barato, é o preço de mercado. A Petrobras não está tendo perdas com isso", afirmou.

A Abicom acusa a Petrobras de praticar preços abaixo do preço de paridade de importação (PPI) desde meados de 2020 e estima que, mesmo com o reajuste de quarta-feira, a estatal segue vendendo o litro do diesel com uma defasagem média de R\$ 0,23. A consultoria global StoneX também calcula que há espaço para novos aumentos. Considerando o histórico dos reajustes da Petrobras, a StoneX estima que ainda há uma perspectiva de alta de R\$ 0,16 o litro nas refinarias. Já a XP Investimentos destacou que, se persistir por mais tempo, a manutenção dos descontos da estatal em relação ao PPI pode aumentar a percepção de risco sobre as ações da companhia. A defasagem estimada pela XP alcançou 14% na quarta-feira.

Castello Branco nega. Disse que há no mercado um excesso de "comentaristas de futebol" querendo opinar sobre os preços. "Posso garantir que em 2019 e 2020 a Petrobras praticou paridade de preço de importação. Mas o PPI não é um valor absoluto,"

Ele saiu em defesa da política de preços da empresa, que abandonou desde 2019 a periodicidade de reajustes. O executivo afirmou que a estatal será "paciente e cautelosa" no repasse de volatilidades aos preços internos e que a companhia não pretende mais exercer poder de monopólio, como fez entre 2015 e 2017, quando praticou margens elevadas. "A Petrobras não será mais a vilã dos preços."

Castello Branco comentou também sobre as perspectivas de venda da fatia remanescente de 37,5% da companhia na BR Distribuidora. Disse que a estatal está com um "dedo no gatilho" à espera do melhor momento para fazer a oferta das ações e que não avançou até agora porque o papel da BR estava "claramente subvalorizado".

"Fico feliz com a decisão do conselho da BR de ter convidado o Wilson Ferreira Jr. para ser o novo presidente. O Wilson é um profissional conhecido, tem um histórico muito bom em grandes empresas e acredito e o mercado concorda comigo, dada a reação

dos preços da BR [após o anúncio do novo presidente]", disse o executivo.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186652?page=1§ion=1

Vale tudo pelo equilíbrio fiscal?

- Excesso de poupança não pode ser usado como explicação para as baixas taxas de juros, porque a poupança está em queda neste século

- O Estado não é o único agente capaz de criar crédito puro. O sistema bancário pode emprestar sem contrapartida de poupança

A partir da segunda metade dos anos 1990, depois da estabilização da inflação crônica brasileira, passou a haver uma sistemática preocupação de evitar que as contas do setor público saíssem de controle. A preocupação com o descontrole das contas públicas advém da vinculação entre o déficit fiscal e a expansão monetária. Até o fim do século passado, a macroeconomia hegemônica considerava que o descontrole dos gastos públicos e a excessiva expansão da moeda estavam por trás de todo processo inflacionário. Como gato escaldado tem medo de água fria, no Brasil depois da estabilização, a preocupação com o equilíbrio das contas públicas passou a pautar a política macroeconômica.

No momento em que se discute a suspensão do auxílio emergencial à população em nome do equilíbrio fiscal, justamente quando a epidemia de covid recrudescer, é fundamental entender que a verdadeira responsabilidade fiscal não é o equilíbrio orçamentário em todas as circunstâncias e a qualquer custo. Nas atuais circunstâncias, a insistência no equilíbrio fiscal, além de macroeconomicamente equivocada, é moralmente inaceitável. O objetivo deste artigo é examinar mais a fundo as raízes dos equívocos da macroeconomia hegemônica. Apesar de revista, continua pautada pela lógica da moeda metálica. É incapaz de incorporar em seu arcabouço analítico a moeda fiduciária e o crédito sem lastro na poupança prévia.

Macroeconomia revista A teoria monetária passou por uma profunda revisão a partir da última década do século passado. Quando ficou claro que o instrumento de política dos bancos centrais não é a base monetária, mas sim a taxa de juros, a relação automática entre a moeda e a inflação foi abandonada.

O "quantitative easing", QE, um inusitado experimento de expansão monetária sem respaldo analítico prévio consolidado, multiplicou o passivo dos bancos centrais por fatores superiores a dez vezes num espaço de poucos meses, sem que houvesse qualquer sinal de pressão inflacionária. Ficou então patente que não há

relação entre a expansão da moeda e a inflação. Todas as economias onde o QE foi posto em prática continuaram a flertar com a deflação.

Abandonada na prática a relação de causalidade entre expansão monetária e inflação, por tantas décadas sustentada pela macroeconomia hegemônica, a restrição conceitual imposta à expansão do crédito público foi reformulada como um limite superior para a relação dívida/PIB.

Em 2009, Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff², dois expoentes da macroeconomia hegemônica, publicaram trabalho influente sustentando que o limite a partir do qual a economia se desorganizaria seria 90%. Mesmo sem considerara totalidade do passivo consolidado do Estado, ou seja, o passivo do Tesouro somado ao do Banco Central, antes mesmo da crise de covid, inúmeros países, entre eles Japão, Itália, Grécia, EUA, já tinham ultrapassado esse nível de endividamento.

A reação coordenada das políticas monetárias e fiscais à pandemia durante 2020 voltou a elevar a relação dívida/PIB em todo o mundo. Apesar dos altos níveis de endividamento público e da abundância de crédito monetário, não há sinais da volta da inflação, nem de que as economias avançadas estejam à beira de uma crise fiscal.

Está claro que não existe um limite fatídico para a relação dívida/PIB, a partir do qual se abriria um "abismo fiscal", na expressão preferida dos analistas brasileiros, e o país entraria em colapso.

Diante de tão flagrante evidência, os principais macroeconomistas americanos deram uma guinada conceitual. No início de dezembro último, Jason Furman e Lawrence Summers³, renomados professores da Universidade Harvard, argumentaram em favor de uma mudança de paradigma: a relação dívida/PIB, ao contrário do que acreditavam, não é um indicador relevante da sustentabilidade fiscal.

Ben Bernanke, ex-presidente do Fed, assim como Olivier Blanchard e Kenneth Rogoff, ex-economistas chefes do FMI, concordaram com eles. Como as taxas de juros praticamente nulas não foram capazes de reativar as economias paralisadas pela pandemia, Furman e Summers agora defendem uma política fiscal expansionista, baseada num programa de investimentos públicos.

No Brasil, ao menos por enquanto, a esmagadora maioria dos analistas continua a defender a imperiosa necessidade de equilibrar as contas públicas. Optaram por se dissociar de seus mentores americanos para sustentar seus dogmas. Apela para a tese da jabuticaba, Brasil é diferente porque o Estado e os políticos não são confiáveis. Sustentam que por aqui o equilíbrio orçamentário é ao mesmo tempo condição necessária para evitar o abismo e condição suficiente para que a economia volte a crescer. Aparentemente, os únicos temas econômicos relevantes são o risco fiscal e as reformas necessárias para garantir o equilíbrio das contas públicas. Tudo mais seria secundário.

O ponto central da tese de Keynes na "Teoria Geral" é que a política monetária precisa ser acompanhada do investimento público para que a economia se recupere. A possibilidade de que, apesar do crédito abundante e dos juros baixos, não haja recuperação do investimento e da atividade econômica não deveria ser novidade.

A possibilidade do que Keynes chamou de uma armadilha da liquidez tem sido efetivamente reivindicada para explicar por que, apesar das taxas de juros muito próximas de zero, as economias contemporâneas continuam estagnadas e sem **inflação**. No entanto, a solução proposta por Keynes, uma política fiscal expansionista com o aumento do investimento público, continua a ser vista com desconfiança pela grande maioria dos analistas.

Mesmo superado o dogma do equilíbrio fiscal e o fetiche da relação dívida/**PIB**, a macroeconomia hegemônica continua a não entender que a expansão do crédito prescinde da expansão da poupança. A tese de que a taxa de juros baixa é consequência do excesso de poupança tem origem na análise dos economistas clássicos que precederam Keynes. Segundo os clássicos, a taxa de juros é resultado do equilíbrio entre a oferta e a demanda de fundos para investimento. Conhecida como a teoria dos "loanable funds", dos fundos disponíveis para empréstimos, foi um dos pontos centrais da crítica de Keynes, para quem a taxa de juros nada tem a ver com a poupança, é determinada no mercado monetário. Para Keynes, a poupança é sobretudo função da renda e investimento do otimismo dos empresários. São ambos pouco sensíveis à taxa de juros. Se não há otimismo e perspectiva de crescimento, a economia pode ficar estagnada, sem investimento, mesmo quando a taxa de juros está baixa e há abundância de crédito.

Para a maioria dos economistas, inclusive os recém-convertidos como Summers, Bernanke, Blanchard e Rogoff, a tese de que os atuais juros excepcionalmente baixos são fruto de um excesso de

poupança, de um "savings glut", é predominante. Além de anacrônica, a tese do excesso mundial de poupança não tem sustentação nos fatos. Desde o início do século, a poupança está em queda, não apenas nos EUA, mas na grande parte das economias ocidentais.

O excesso de poupança não pode ser reivindicado como explicação das baixas taxas de juros. Os juros de curto prazo baixos são consequência da decisão dos bancos centrais de fixar a taxa básica de remuneração das reservas bancárias perto de zero. As taxas mais longas baixas são resultado da combinação de uma extraordinária expansão do crédito promovida pelos bancos centrais desde a grande crise financeira de 2008, com o anúncio, chamado de "forward guidance", de que pretendem manter a taxa básica nos níveis atuais por tempo indeterminado, mesmo depois da eventual recuperação da economia.

A expansão do crédito privado nunca dependeu da existência de poupança. Só o Estado, restrito pela exigência do lastro metálico, era incapaz de expandir o crédito sem o prévio acúmulo de reservas, mas a macroeconomia hegemônica continua a associar toda expansão de crédito a um aumento da poupança. Não foi ainda capaz de incorporar o fato de que, num sistema monetário exclusivamente

fiduciário, a expansão do crédito pelo banco central prescinde do aumento da poupança.

Como apontou James Galbraith em artigo recente 4, porque continuam a raciocinar com o anacrônico modelo de "loanable funds", Furman e Summers chegam às conclusões certas a partir de velhos equívocos. Por isso são obrigados a recorrer a obscuros "fatores estruturais" para justificar um suposto excesso mundial de poupança, quando a poupança no mundo está em queda. São também incapazes de compreender as implicações e os riscos da atual combinação de juros próximos de zero com o excesso de crédito criado pelo QE dos bancos centrais.

A dificuldade para entender as atuais taxas de juros está na incapacidade da macroeconomia hegemônica de distinguir fluxos de poupança de fluxos financeiros de crédito. A economia contemporânea não é mais a economia que pautou a formulação do modelo macroeconômico canônico. Desenvolvida a partir do início do século XX, consolidada por John Maynard Keynes (1883-1946) nos anos 1930, a macroeconomia continua a refletir a economia da moeda metálica.

A partir do início do século XVIII, com a criação dos primeiros bancos centrais e a introdução da moeda

bancária, o sistema monetário passou a ser híbrido, isto é, passaram a conviver a moeda metálica emitida pelo Estado com a moeda criada pelos bancos. Com o fim do padrão ouro, na conferência de Bretton Woods, após a Segunda Guerra (1939-1945), a moeda passou a ser exclusivamente fiduciária.

A longa vigência da moeda metálica, como não poderia deixar de ser, pautou o desenvolvimento da macroeconomia, que até hoje não foi revista para incorporar o fato de que a moeda contemporânea é exclusivamente fiduciária e o sistema financeiro cria crédito de forma praticamente irrestrita.

O Estado emissor da moeda fiduciária não tem restrição financeira na jurisdição onde a moeda é aceita. Não precisa de fundos existentes para gastar, porque ao gastar cria os fundos de que precisa. Esse é um corolário lógico da definição de moeda fiduciária. Por ser contra intuitivo e percebido como politicamente perigoso, sofre uma ferrenha oposição dos macroeconomistas hegemônicos. Sobre o tema tenho escrito com frequência.⁵ A possibilidade da criação de crédito, sem contrapartida de poupança prévia, é mais uma incompreendida decorrência da moeda fiduciária. A lógica da moeda metálica está profundamente enraizada no pensamento macroeconômico. A moeda como um estoque físico e o crédito como indissociável da poupança são concepções que até hoje permeiam o raciocínio hegemônico. Como os conceitos estabelecidos estão profundamente associados a tais concepções, o próprio vocabulário macroeconômico dificulta o entendimento de uma economia baseada na moeda fiduciária.

A macroeconomia, como o arcabouço mental que baliza as políticas públicas, precisa ser compreendida por qualquer pessoa educada. Não pode ficar restrita a um grupo de iniciados que utiliza um dialeto pretensamente científico.

No que se segue, sou obrigado a utilizar a notação da macroeconomia básica para ressaltar o papel da moeda fiduciária e do crédito excluídos da análise tradicional. Peço aos não economistas de formação que não se intimidem, procurem acompanhar o raciocínio e julguem por si mesmos.

Fechada com ociosidade Assim como a moeda fiduciária depende da credibilidade institucional do Estado, é o fato de que o Estado pode se tornar devedor líquido, pode ter um passivo a descoberto e ainda assim ter sua dívida aceita como meio de pagamento, que viabiliza a expansão do crédito sem prévio aumento de poupança. O ponto fica mais claro se partirmos das identidades macroeconômicas básicas.

Começamos com o modelo mais simples, o de uma economia fechada, sem relações comerciais com o exterior, onde existem apenas o setor privado e o setor público, ou o Estado. A demanda agregada, ou a absorção doméstica, A , é composta pela demanda para consumo, C , mais a demanda para investimento, I . Suponhamos inicialmente que C e I sejam o consumo e o investimento consolidados dos setores privado e público. A absorção, A , a totalidade dos bens e serviços consumidos e investidos, é dada por (1) $A=C+I$ Na macroeconomia convencional, a renda da oferta de bens e serviços pode ser alocada para o consumo, C , ou pode ser poupada, S , ou seja, (2) $Y=C+S$ Da equação (2), tem-se a definição de poupança: $S=Y-C$. Poupança é renda não consumida. É preciso que tenha havido produção não consumida para que haja poupança. O papel do sistema financeiro, neste modelo sem crédito puro, é o de mero intermediário entre os que pouparam, ou seja, absorveram menos do que produziram, e os que querem investir, ou seja, absorveram mais do que produziram.

Quando a absorção é igual ao produto, $Y=A$, há equilíbrio. Das identidades (1) e (2), conclui-se que o equilíbrio exige que o investimento seja igual à poupança, (3) $I=S$ Para entender o que garante o equilíbrio, é preciso estabelecer hipóteses comportamentais para a poupança e o investimento. Aqui a macroeconomia clássica e a de Keynes se separam. Os clássicos, como Keynes chamou os economistas que o antecederam, adotam a chamada teoria dos "loanable funds", dos fundos disponíveis para empréstimos. Supõem que a taxa de juros é variável que garante o equilíbrio entre a poupança e o investimento. A poupança seria uma função direta, e o investimento, uma função inversa da taxa de juros. Ou seja, a oferta de fundos aumenta e a demanda cai com a alta da taxa de juros. Para os clássicos, é a poupança que viabiliza o investimento. Só pode haver investimento até o limite da disponibilidade de poupança, e é a taxa de juros que garante o equilíbrio entre a oferta e a demanda de fundos para investimento.

A teoria dos "loanable funds" pressupõe a existência de um fluxo de poupança que viabiliza um fluxo de investimento. A taxa de juros equilibra a oferta e a demanda por recursos poupados.

$I=I(r)$, com $I' < 0$ e $S=S(r)$, com $S' > 0$, onde r e S' são as derivadas de I e S .

Predominante durante todo o período anterior à Teoria Geral de Keynes, esse é o arcabouço conceitual por trás das teses de que a baixa taxa de juros é resultado de um excesso de poupança. Embora não tenha sido uma possibilidade aventada pelos clássicos, com o excesso de poupança, ainda que a taxa de juros seja

nula, como ponto Y_i , inferior ao pleno emprego Y^* , no gráfico 1, o investimento pode ser inferior ao requerido para equilibrar o mercado. Num mundo inundado de poupança, onde há um "savings glut", na expressão em inglês hoje corrente para descrever a situação atual, a taxa de juros pode efetivamente chegar a zero sem equilibrar o mercado de poupança e investimento.

Para Keynes, esta era efetivamente uma possibilidade, pois o investimento não responderia necessariamente a uma taxa de juros baixa. Keynes via o investimento muito mais sensível ao otimismo dos investidores, ao que ele chamou de "animal spirits" dos empresários, do que à taxa de juros.

Além disso, Keynes sustentou que a oferta de fundos poderia não ser canalizada para os investidores, poderia ficar entesa tirada, ou seja, retida em moeda, sem pressionar adicionalmente a taxa de juros para baixo, uma situação a que ele chamou de armadilha de liquidez.

A ação do Estado é a solução de Keynes para tirar a economia de um equilíbrio perverso, onde a armadilha de liquidez impede a queda adicional da taxa de juros e não estimula o investimento. O Estado deveria aumentar a sua absorção. O gasto público funcionaria como motor de arranque da economia atolada na armadilha de liquidez. Quando há desemprego e capacidade ociosa, o aumento do gasto público, ainda que seja do gasto corrente, aumenta a demanda, que por sua vez estimula a oferta. Ou seja, o gasto público aumenta a renda, que aumenta o consumo e a poupança.

Para Keynes, não é a taxa de juros que equilibra a poupança e o investimento, mas sim o investimento que aumenta a renda e viabiliza a criação da poupança necessária para financiá-lo. Não é preciso se preocupar com a existência prévia de poupança, pois a poupança irá aparecer se o investimento for feito. Esta é a principal lição da Teoria Geral de Keynes. Ao menos quando a economia está estagnada abaixo do pleno emprego, o gasto público mobiliza recursos ociosos e, a posteriori, cria a poupança necessária para o seu financiamento.

Para Keynes, as hipóteses comportamentais da teoria dos "loanable funds" estavam equivocadas. As funções de investimento e poupança deveriam ser reformuladas. O investimento, como função principalmente do otimismo dos empresários, O , e só marginalmente da taxa de juros, r . A poupança, por sua vez, seria função sobretudo da renda, Y , e só marginalmente da taxa de juros.

Quando não há otimismo dos empresários, só o investimento público pode restabelecer o pleno

emprego. No gráfico 2, estão as curvas IS, onde $S = I$. Dada a taxa de juros, devido ao baixo nível do otimismo dos empresários, investimento privado, I_o , é insuficiente para levar a economia ao pleno emprego. É preciso que o investimento público, I_g , eleve o investimento total para $I_1 = I_o + I_g$, para que haja pleno emprego, Y_i , e a poupança, a posteriori, seja igual ao maior investimento, $S_i = I_1$.

Keynes deixa claro que é a demanda, liderada pelo investimento, que determina a renda e conseqüentemente a poupança. Sustenta que, a posteriori, a poupança é igual ao investimento, mas que não há necessidade de haver poupança, a priori, para viabilizar o investimento. Essa é a razão pela qual é possível levar a economia de volta ao pleno emprego através do investimento público, mesmo que não haja poupança para financiá-lo. Ainda que o investimento público seja feito sem fundos especificados a priori, isto é, integralmente sustentado pelo aumento do déficit público, o aumento da renda irá garantir a poupança, a posteriori, para viabilizá-lo.

A suposição de que seja preciso poupar, ou seja, de que haja renda não consumida, para que se possa investir, está correta numa economia não monetária a plena capacidade. Numa monocultura agrícola, por exemplo, não consumir parte da produção, para utilizá-la como sementes, é condição para o investimento na próxima safra.

Mas basta que haja capacidade ociosa e um agente capaz de dar crédito para que tal exigência não seja mais verdade. Suponha que a produção seja integralmente consumida, mas que haja um agente com credibilidade suficiente para emitir dívida aceita pelos demais. Um agente com credibilidade suficiente para ser devedor líquido, ter um passivo superior pode tudo. Quando próximo do pleno emprego, o gasto corrente pode provocar pressões inflacionárias e o investimento público precisa ter retorno superior ao custo de sua dívida.

No gráfico 3, desde que a expansão do crédito seja para financiar o investimento, $F_i = I$, e a taxa de juros seja inferior ao retorno do investimento, n

Crédito público e privado O Estado institucionalizado e capaz de impor obrigações tributárias é o devedor/credor por excelência numa economia fechada. O seu valor presente redescontado, VPR, é altamente positivo, ainda que deficitário, com despesas superiores às receitas, no curto prazo 8.

O Estado pode sempre conceder crédito, tanto para financiar os seus investimentos, quanto para financiar investimentos privados. Mas o Estado não é o único agente capaz de criar crédito puro, isto é, de conceder

crédito sem contrapartida de poupança. Também o sistema bancário pode expandir o crédito. Ao contrário do que reza a macroeconomia convencional, o sistema bancário não depende de depósitos do público para dar crédito.

Na macroeconomia até hoje ensinada na grande maioria das universidades, o sistema bancário, porque funciona com reservas fracionárias, isto é, só precisa manter uma fração dos depósitos como reservas, é capaz de expandir o crédito, criando poder aquisitivo.

A expansão do crédito bancário seria viabilizada pelo multiplicador bancário, que é uma função decrescente da proporção dos depósitos mantidos como reservas. O multiplicador bancário abre uma exceção ao pressuposto de que não pode haver expansão de crédito sem prévia expansão de poupança. Ao presumir que os depósitos do público não serão todos resgatados simultaneamente, permite-se aos bancos a criação de crédito além da poupança depositada. A macroeconomia ainda hoje hegemônica não entende que os bancos podem conceder, e efetivamente concedem, crédito independentemente do que captam como depósitos.

Os bancos emprestam quando entendem que têm tomadores cuja combinação de risco e retorno é aceitável. O custo do seu passivo, ou seja, do capital próprio e da tomada de recursos no interbancário, somado ao prêmio de risco do tomador, é o que determina a decisão da concessão de crédito. Como os bancos têm contas no banco central, que remunera as reservas bancárias à taxa básica, essa é a referência de custo de oportunidade para os bancos. A taxa básica, paga nas reservas bancárias no BC, é o custo de oportunidade, o retomo do investimento sem risco, que baliza toda a estrutura de taxas no mercado financeiro.

Como a taxa básica é o principal instrumento de política monetária, ao fixá-la, o BC torna-se obrigado a conceder ou tomar todo o volume de reservas demandado ou ofertado pelos bancos, sob pena de perder o controle de seu instrumento de política. Portanto, a oferta de reservas pelo BC é passiva, infinitamente elástica à taxa básica de juros fixada por ele.

Porque têm sempre acesso às linhas de empréstimos de reservas do BC, os bancos não têm restrição de fundos. O que restringe a expansão do crédito bancário não são os depósitos do público, ou seja, a existência de poupança, mas sim o grau de otimismo e de confiança nos tomadores de empréstimos e as limitações, legais e administrativas, à alavancagem dos bancos.

Mais uma vez, é preciso distinguir o crédito puro, sem contrapartida prévia de poupança, do crédito baseado na poupança. Enquanto este é uma mera transferência de poder aquisitivo, dos que optaram por não consumir para os que querem consumir ou investir além de suas rendas, o crédito puro é uma criação líquida de poder aquisitivo.

Quando há criação de crédito puro, não é necessário que alguém deixe de exercer integralmente o poder aquisitivo que lhe concede sua renda para que outro possa consumir e investir além de sua renda. Basta que haja um agente com credibilidade para ser um devedor líquido. Esse agente é o Estado institucionalizado e com legitimidade para cobrar **impostos**.

É o uso legítimo da força e o direito de impor obrigações que dá ao Estado a condição de conceder crédito puro e criar poder aquisitivo. É importante compreender que, embora o sistema bancário também possa dar crédito e criar poder aquisitivo sem contrapartida de poupança, essa faculdade advém do fato de que os bancos têm acesso ao crédito do banco central. O crédito puro, sem contrapartida de poupança, embora tenha sempre o Estado como credor de última instância, pode e é efetivamente criado por aqueles que têm acesso garantido ao crédito do Estado, como é o caso do sistema bancário.

Porque têm acesso automático ao crédito do BC, os bancos têm uma espécie de franquia para dar crédito puro e criar poder aquisitivo. Essa franquia data da criação dos bancos centrais.

Inicialmente privados, os bancos centrais desvincularam a expansão do crédito puro do aumento do passivo do Estado. Nas economias medievais da Europa, a única fonte de crédito e de liquidez era o déficit do poder central. Só o déficit do Estado criava crédito e irrigava a economia com liquidez monetária. Por mais conspícuos e estapafúrdios que fossem os gastos dos monarcas e suas cortes, a inexistência de crédito e a iliquidez monetária foram sempre uma trava à expansão das economias medievais.

Na Inglaterra, a experiência dos chamados "tallies", registros esculpidos em tiras de madeira, precursores da moeda fiduciária moderna, cumpriram durante quase três séculos, da metade do século XIV até o final do século XVI, o papel de acrescentar liquidez à economia regida pela moeda metálica⁹. Com a criação do Banco da Inglaterra, no final do século XVII, autorizado a emitir notas bancárias lastreadas em dívida pública, estava criada a franquia que dá aos bancos a faculdade de dar crédito puro.

Sem moeda fiduciária própria, o Estado fica restrito na

sua capacidade de conceder crédito puro. Restrito na capacidade de emitir moeda pela exigência do lastro metálico, o passivo do Estado corre sempre risco de não poder ser honrado no seu vencimento.

Porque restringe a possibilidade de concessão de crédito puro pelo Estado, a moeda metálica restringe a liquidez da economia e introduz o risco de inadimplência na dívida pública. Sem a faculdade de emitir moeda, restrita pela disponibilidade do lastro metálico, a dívida corre risco de não poder ser honrada. A possibilidade de default da dívida, somada à iliquidez crônica, praticamente inviabilizavam a expansão do crédito pelo Estado. Dada a severa restrição de crédito interno, o Estado era obrigado a recorrer a credores externos que tinham acumulado prata e ouro.

Na vigência da moeda metálica, tanto o Estado quanto o sistema bancário dependem de poupança acumulada em moeda metálica para conceder crédito. Esta é a razão pela qual a macroeconomia, inspirada na economia da moeda metálica, continua a não incorporar a possibilidade da expansão do crédito, com criação de poder aquisitivo, sem a existência de poupança prévia.

Só o Estado emissor da moeda fiduciária tem a capacidade de criar poder aquisitivo através da concessão de crédito puro, baseado na expansão de seu passivo a descoberto, assim como o de garantir o sistema bancário como prestador de última instância.

Aberta com crédito Examinemos finalmente o caso de uma economia aberta, onde X e M são as exportações e as importações. Suponha que G são os gastos do governo e T , os **impostos**. As identidades (1) e (2), respectivamente da absorção doméstica e do poder aquisitivo, são reescritas como: (1) $A=C + I+M-X+G$ (2) $Y=C + S+T+F$ Para simplificar, sem prejudicar o argumento, suponha-se que todo o investimento é financiado pela expansão do crédito puro, ou seja, não há poupança interna, $S=0$. Nesse caso, as identidades podem ser reescritas como: (1) $A=C + I+M-X+G$ (2) $Y=C+F+T$ A absorção é igual ao consumo, mais o investimento, mais o déficit comercial, $(M - X)$, mais o gasto do governo, G . A renda, ou o poder aquisitivo, é igual ao consumo mais a expansão do crédito, mais os **impostos**, T . De (1) e (2), conclui-se que quando a absorção é igual ao poder aquisitivo, $A = Y$, tem-se que o crédito interno é igual ao investimento mais o déficit externo e o déficit público $F=I+(M-X)+(G-T)$ Se não houver investimento, $I=0$, nem déficit público, $(G - T) = 0$, então, $F=(M - X)$. A expansão do crédito se transforma integralmente em déficit externo. No nosso modelo simplificado não há ativos financeiros externos, mas a expansão do crédito pode também se

converter em déficit na conta capital com a aquisição de ativos financeiros externos.

É importante notar que só é possível ter déficit externo, tanto na conta comercial quanto na conta capital, se o exterior aceitar o crédito interno. Esse é o caso de países que emitem uma moeda reserva internacional, como é o caso dos Estados Unidos hoje. Para todos os demais, só é possível incorrer em déficit externo se houver crédito externo. O crédito interno tem que ter lastro no crédito externo, na proporção do déficit das contas externas.

Alternativamente, sem acesso à poupança externa, quando há equilíbrio nas contas externas, $(M - X) = 0$, então o crédito interno é igual ao investimento mais o déficit público.

$F=I+(G-T)$ O ponto relevante é que, mesmo que não haja poupança interna nem externa, o crédito interno financia o investimento, I , e o déficit público, $(G-T)$.

Suponha-se que o investimento privado aumente a capacidade produtiva, mas que o déficit público seja integralmente composto por gastos correntes. Se houver capacidade ociosa, a situação examinada por Keynes, é indiferente se o crédito financia o investimento ou o consumo do governo, pois ambos irão aumentar a absorção doméstica, levando ao aumento da produção e da renda.

Perto do pleno emprego, a situação muda. O déficit corrente do governo pressiona a capacidade instalada, mas como não há investimento, pode provocar pressão inflacionária. O mais provável é que antes provoque déficit externo, com o excesso de demanda extravasando para as importações. No caso do país que não emite uma moeda reserva, sua divisa irá se desvalorizar e elevar a expectativa de **inflação**.

Do ponto de vista de uma política antirrecessiva, é indiferente se o crédito financia gastos correntes ou o investimento, mas se o objetivo é o crescimento, com manutenção do equilíbrio externo e sem pressões inflacionárias, o crédito deve financiar o investimento. As condições adicionais são de que o retorno do investimento, EMK , seja superior à taxa de juros, r , e que o crescimento não provoque um déficit externo. Respeitadas essas condições, a relação dívida **PIB** irá convergir e não se correrá risco de depender do crédito externo.

É a dívida externa, expressa em moeda estrangeira, que pode vir efetivamente a não ser refinanciada se houver uma mudança de humor dos credores externos. Daí a expressão "o pecado original" da literatura associada ao endividamento externo em moeda estrangeira, que pode provocar "paradas

súbitas" do crédito, provocando crises dramáticas, como as sofridas pelos países em desenvolvimento com dívida externa, no último quarto do século XX.

Inflação de ativos Retomemos a hipótese de Keynes, de que o investimento é pouco sensível à taxa de juros. É guiado sobretudo pelo otimismo dos empreendedores. Suponhamos que o otimismo ande em baixa e o investimento, para simplificar, seja nulo, $I = 0$. Nesse caso, tem-se $F=(M-X)+(G-T)$ O crédito provoca déficit externo e nas contas públicas, uma configuração perfeita para crises de balanço de pagamentos e inflacionárias, como as pelas quais passaram os países em desenvolvimento, nas últimas décadas do século passado.

O quadro muda para uma economia emissora da moeda reserva mundial, onde déficit público ($G - T$) não seja provocado por gastos correntes, mas sim por compras de ativos existentes. Esse é o caso do "quantitative easing", praticado pelos EUA. O QE é uma expansão de crédito público para compra de ativos carregados pelo setor financeiro. Não aparece contabilizado como déficit do Tesouro, porque é integralmente baseado na expansão do passivo monetário do banco central, mas é déficit do setor público consolidado. O QE é crédito puro criado diretamente pelo BC.

A taxa de poupança americana está em queda há anos e chegou a ser ligeiramente negativa na segunda metade do ano passado 10. Como o dólar é uma moeda reserva, aceita no mundo todo, a expansão de crédito puro americano, F , pode e tem efetivamente financiado o déficit externo do país.

Mas assim como a taxa de poupança, também o déficit externo americano tem se reduzido nos últimos anos. A expansão do crédito interno americano, através do QE, é sobretudo utilizada para compra de ativos financeiros existentes, títulos de dívida ou ações, tanto no país quanto no exterior.

Embora a macroeconomia convencional considere que os fluxos de capitais estejam associados ao financiamento dos déficits externos ($M-X$), a verdade é que os fluxos financeiros internacionais são muitas vezes superiores aos fluxos de comércio.

Em 2005, quando pela primeira vez Ben Bernanke falou num excesso mundial de poupança, um "savings glut", o superávit consolidado dos países superavitários nas contas externas - os que teriam excesso de poupança - era de apenas 2,5% do **PIB** mundial. Para efeito de comparação, o fluxo internacional de capitais financeiros estava próximo de 30% do **PIB** mundial. Podemos considerar, sem falsificar a realidade, que ($M - X$) é irrelevante no

quadro da expansão de crédito associada ao QE. Logo, $F=(G-T)=B$ onde B é a demanda por ativos financeiros, como ações, títulos de dívida e de propriedade imobiliária.

Trata-se de um déficit público, ($G - T$), financiado pela expansão de crédito puro, F , de um país que tem sua moeda aceita como reserva internacional. Porque não está associado ao investimento público, nem ao gasto corrente, ou seja, à compra de bens e serviços, mas sim à compra de ativos financeiros, não pressiona a **inflação**, nem provoca déficit comercial. Provoca déficit na conta capital com o aumento do fluxo internacional de capitais e a valorização dos ativos financeiros 1 11.

Qualidade do gasto Depois da grande crise financeira de 2008, o experimento heterodoxo do QE deveria ter acentuado as possibilidades e os riscos da moeda fiduciária. Deveria ter levado a uma revisão da macroeconomia, com a aposentadoria definitiva dos fantasmas da moeda metálica. Não foi o que ocorreu.

A preocupação com a fonte de financiamento dos gastos públicos, a obsessão com o equilíbrio fiscal, voltou a dominar a macroeconomia e o debate de políticas públicas. A tese de que é sempre preciso equilibrar o orçamento para que a economia não se precipite num "abismo fiscal" tornou-se o mantra da ortodoxia macroeconômica. A tese não é nova, muito pelo contrário, conhecida como "The Treasury View", na Inglaterra do primeiro quarto do século XX, foi contestada e aposentada pela crítica de Keynes na Teoria Geral.

Como demonstrou Keynes, em certas circunstâncias, o déficit público é necessário para reativar a economia. A lição esquecida de Keynes continua mais importante do que nunca, num mundo paralisado pela pandemia. Mas há novos elementos a serem compreendidos e incorporados ao arcabouço conceitual da macroeconomia. Quando a moeda é fiduciária não é o tamanho, mas sim a forma e a qualidade do déficit que importam.

A obsessão com as fontes de recursos erra o alvo. O importante é saber como, onde e quando gastar, não como financiar os gastos. Talvez porque essa tarefa, a verdadeira responsabilidade fiscal, não seja simples, pois exige conhecimento e trabalho, opta-se por defender um burocrático equilíbrio contábil como sinal de boa prática fiscal.

Além de condenar a economia à estagnação e, dada a pandemia, parte da população à miséria, a ortodoxia fiscalista é também incapaz de compreender as consequências e os riscos de uma expansão de crédito, da magnitude do QE, dirigida para a aquisição

de ativos financeiros. Tão preocupada com o equilíbrio fiscal, a macroeconomia hegemônica é incapaz, ou não quer, compreender que o QE é um déficit público financiado pela expansão monetária do crédito público.

Kumhof Bank of England; Andrej Sokol, European Central Bank; Phurichai Rungcharoenkitkul, BIS.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

O déficit provocado pelo QE, que sintomaticamente não é computado nas estatísticas de déficit público, ao inundar de liquidez o mercado para a compra de ativos financeiros, fazendo $F = (G - T) = B$, não estimula o investimento, I, nem a demanda, A. Não corre risco de provocar desequilíbrio externo, $(M - X)$, nem pressão inflacionária, mas provoca a **inflação** de ativos financeiros e, conseqüentemente, a concentração da riqueza.

Preocupados com a guerra vencida da **inflação** de bens e serviços, os economistas hegemônicos não conseguem compreender os riscos da **inflação**

1 Agradeço aos comentários de Simone Deos, Antonio Carlos Barbosa de Oliveira, Luís Orenstein, Marcelo Medeiros, José Pio Borges, Cândido Brachere a assistência de Marina Liuzzi, sem evidentemente comprometê-los com os argumentos aqui expostos.

2 Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly, Princeton University Press, 2009

3 Jason Furman e Lawrence Summers, "A Reconsideration of Fiscal Policy in an Era of Low Interest Rates" No. 30, 2020

4 James K. Galbraith, "A Response to Jason Furman and Lawrence Summers Reconsideration of Fiscal Policy", Institute of New Economic Thinking, INFT, University of Texas at Austin, Dec. 7, 2020.

5 Ver Lara Resende, André, Consenso e Contrassenso, Portfolio Penguin, 2019

6 Knapp, G. E. The State Theory of Money, Londres: Macmillan Co. 1924

7 Ver Keynes, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, cap. 7 seção iv

8 Ver Lara-Resende, A "Mudança de Paradigma", Caderno EuEr, Valor Econômico, 11/12/2020

9 Ver Lara Resende, A. 2019, op.cit. e Desan, Christine, Making Money: Coins, Currency and the Coming of Capitalism, Oxford University Press, 2014

10 Ver Roach, S. no Financial Times, citado em Free Exchange, The Economist, 28/11/2020

11 Ver Cláudio Borio e Piti Disyatat, BIS; Michael

Senadores negociam "presidente de consenso" - CLÁUDIO HUMBERTO

CLÁUDIO HUMBERTO

O Senado ferve em negociações de uma reviravolta na eleição para sua presidência, na próxima segunda-feira. Senadores de vários partidos alegam que o sucessor de Davi Alcolumbre (DEM-AP) não deve ser escolhido entre candidatos, o que sempre deixa sequelas políticas. A ideia é buscar um nome de consenso dos senadores, resgatando uma tradição da Casa observada na eleição ao menos de 9 ex-presidentes, de Humberto Lucena em 1987 a Garibaldi Alves Filho em 2007.

Tudo ou nada

A opção ao consenso seria outro nome do MDB com trânsito em diversos partidos, em um "tudo ou nada" contra Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Fazendo política

Rodrigo Pacheco alega dificuldades de abrir mão da candidatura, a mais forte, mas sinaliza disposição para conversar, fazer política.

Simone reage

Com reduzidas chances de vitória, a senadora Simone Tebet (MS) não aceita a negociação. Ameaça candidatura avulsa e desfiliação ao DMB.

Prazo fatal

Acabou no último domingo o prazo para Tebet se viabilizar como candidata. Já na segunda, o MDB aderiu à busca do candidato de consenso.

Ops, deu ruim

Os filhotes tupiniquins de Joe Biden estão inconsoláveis: a secretária de imprensa da Casa Branca afirmou ontem que o Brasil será um dos principais parceiros dos EUA nas negociações sobre o clima.

Brasil já vacinou mais que a Espanha e a França

O Brasil se tornou, nesta ontem, o 10º País no mundo a mais vacinar seus habitantes (quase 1,5 milhão), deixando para trás Espanha (1,27 milhão) e França

(1.14 milhão), no total geral desde o início geral da imunização. Contado apenas o período de 11 dias desde o início na vacinação no Brasil, em 17 de janeiro, o País é o 6º que mais vacinou no mundo, atrás dos Estados Unidos, China, Reino Unido, Israel e Índia.

Número 2

Entre a última quarta e ontem, o Brasil imunizou mais de 602 mil pessoas, atrás apenas dos EUA, que aplicaram 1.1 milhão de vacinas.

Mais de dois milhões

Mantido o ritmo da imunização em terras brasileiras, até este sábado (30) mais de 2 milhões de pessoas terão recebido a vacina contra Co-vid.

Grupo seleto

Apenas 56 países deram início à imunização. Desses, 14 vacinaram mais de um milhão de habitantes, dos quais só 7, mais de dois milhões.

Chega de regalias

Os gastos do governo com alimentação para os 370 mil integrantes das Forças Armadas, incluindo sobremesa de leite condensado e chicletes, faz lembrar que o pagador de **impostos** não pode mais sustentar tantos privilégios no setor público. Também nos poderes Legislativo e Judiciário.

Quase "o cara"

No estilo Bolsonaro, o presidente desdisse o vice, Hamilton Mourão, que "palpitou" que o chanceler Ernesto Araújo deixaria o cargo. "Se ministro meu for elogiado pela mídia, ele corre o risco de ser demitido", disse. E chamou Araújo de "o homem das relações públicas com o mundo".

Jogando a toalha

A frente parlamentar Ética Contra a Corrupção, da Câmara, promoveu uma série de entrevistas com os candidatos a presidente da Casa. Somente a candidata do Psol, Luiza Erundina, não participou. Humm...

Comissão Barrichello

Reapareceu esta semana a "comissão externa do coronavírus" da Câmara, que só discutiu o auxílio emergencial após o benefício ter sido pago. Agora se reunirá para "discutir a pandemia no Amazonas".

Confusão

A direção da Câmara comunicou aos funcionários que, apesar de a eleição para presidente ser presencial, serviços de alimentação e o acesso de visitantes estão suspensos. Comida só fora do Congresso.

Pernas curtas

Após muito se falar, na imprensa e nas redes sociais, sobre leite condensado e outros alimentos, levantamento do Painel de Compras do governo federal revela que os gastos com alimentos, incluindo com o leite condensado, caíram mais de 25% entre 2019 e 2020.

Pensando bem...

...consenso requer bom senso.

Voz discordante

Apesar do apoio ao candidato Baleia Rossi (MDB), que prometeu a apoiadores de esquerda impedir as privatizações, como Rodrigo Maia, o líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP), defende a união entre o governo e o Congresso "para agilizar as privatizações em nosso país".

PODER SEM PUDOR

Políticos mãos-de-vaca

Um grupo de políticos discutia certa vez sobre colegas avaros. Alguém lembrou o dia em que o deputado Hugo Rodrigues da Cunha decolava do aeroporto de Uberaba quando viu pela janela um homem montando "Cinco Estrelas", seu cavalo favorito. Ele pegou o primeiro voo de volta só para dar uma bronca no capataz da sua fazenda. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) arrancou gargalhadas ao brincar com outro mão-de-vaca conhecido: "Ouvi dizer que Tancredo era careca para não ter que emprestar o pente..."

Custo industrial avança 8,6%

O custo da indústria subiu 8,6% no terceiro trimestre de 2020 na comparação com o semestre anterior, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a CNI, é o maior aumento trimestral desde o início da série histórica, em 2006.

A CNI disse que o Indicador de Custos Industriais (ICI) reflete, em parte, um ajuste em relação à queda transitória de custos do segundo trimestre, que se deu em razão da crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) e de "políticas governamentais de mitigação da crise".

A confederação destacou que o aumento no indicador que mede os custos do setor, acendeu um "sinal de alerta na indústria", principalmente porque a série recente mostra o aumento crescente dos custos relacionados aos bens intermediários, nacionais e importados.

"O custo com bens intermediários nacionais cresceu progressivamente ao longo dos três primeiros trimestres de 2020. No primeiro trimestre houve um aumento de custos de 2,6%, seguido por um aumento de 4,1% no segundo trimestre e de 6,6% do terceiro", informou a CNI.

Na avaliação da CNI, a previsão é que o custo com produtos intermediários continue subindo no quarto trimestre de 2020 e em 2021, tanto pelo efeito gradual do aumento dos insumos precificados em dólar, quanto pela escassez de insumos e matérias-primas.

O boletim diz ainda que o custo com energia da indústria subiu 5,2% no terceiro trimestre de 2020. O aumento foi puxado principalmente pelo óleo combustível, cujo custo subiu 35,9% na comparação com o segundo trimestre, e não reverteu a queda de 9,5% ocorrida no segundo trimestre de 2020.

"Dessa forma, no acumulado do ano de 2020 até o fim do terceiro trimestre o custo com energia acumula queda de 1,2% em relação ao mesmo período de 2019", diz o boletim.

A confederação disse ainda que o custo tributário subiu 34% no trimestre, mas observou que o segundo trimestre de 2020 foi um trimestre atípico para a arrecadação tributária por conta da crise e de medidas de adiamento do prazo do pagamento de **tributos** postas em prática pelo governo.

"O custo tributário aumentou 34%, revertendo queda

de 22,1% registrada no segundo trimestre", diz o boletim.

Ainda de acordo com a CNI, o custo com capital, medido pela taxa de juros para capital de giro, atingiu, no terceiro trimestre de 2020, o menor nível da série histórica, iniciada em 2016 e caiu 11,7% na comparação com o segundo trimestre de 2020. O custo com capital de giro acumula queda de 23% nos três primeiros trimestres de 2020.

Já o custo com pessoal aumentou 4% no terceiro trimestre de 2020, mas se manteve estável na comparação com os três primeiros trimestres de 2020 e com os mesmos trimestres de 2019 .

Desemprego atinge 14 milhões de pessoas

VERA BATISTA

Refletindo o impacto da pandemia no mercado de trabalho, a taxa de desemprego ficou em 14,1% no trimestre encerrado em novembro de 2020, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a mais alta para esse trimestre (setembro, outubro e novembro) desde o início da série histórica da pesquisa, em 2012. Em relação ao trimestre encerrado em agosto (14,4%), índice teve ligeira redução. Na comparação com o mesmo trimestre de 2019 (11,2%), a alta foi de 2,9 pontos percentuais. O número de desempregados foi estimado em 14 milhões.

Mesmo com a alta no desemprego, o número de pessoas ocupadas aumentou 4,8% no trimestre e chegou a 85,6 milhões. Com isso, o nível de ocupação subiu para 48,6%. "Essa expansão está ligada à volta ao mercado das pessoas que estavam em isolamento social, e ao aumento de contratações que normalmente ocorre nesse período", explicou Adriana Berenguy, analista da pesquisa. Na comparação com o trimestre encerrado em novembro de 2019, no entanto, ainda há queda de 9,4% na população ocupada, uma redução de 8,8 milhões de pessoas.

O aumento na ocupação ocorreu em nove dos 10 grupos de atividades analisados na pesquisa, e foi mais intenso no comércio, que empregou mais 854 mil pessoas. No entanto, a maior parte do crescimento do pessoal ocupado foi no mercado informal. O número de empregados sem carteira assinada cresceu 11,2%, chegando a 9,7 milhões. Com esse acréscimo, a taxa de informalidade chegou a 39,1% da população ocupada, o que representa 33,5 milhões de trabalhadores informais no país. No trimestre anterior, a taxa era de 38%.

Também cresceu (3,1%) o número de empregados com carteira assinada, o que possibilitou o ingresso de 895 mil pessoas nesse contingente, que passou a somar 30 milhões de pessoas. "Houve crescimento do emprego formal em diversas atividades. Mas a gente ainda está bem distante do cenário pré-pandemia", ressaltou Adriana Berenguy.

A Pnad Contínua apontou, ainda, que a população fora da força de trabalho caiu 3,4%, com retração de 2,7 milhões de pessoas quando comparada com o trimestre anterior. Já em relação ao mesmo período de 2019, cresceu 17,3%, com 11,3 milhões de pessoas a mais. No total, são 99,6 milhões de pessoa nessa

condição. A população desalentada (5,7 milhões) manteve estabilidade em relação ao trimestre anterior e cresceu 22,9% (mais 1,1 milhão de pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2019.

Na avaliação dos economistas Luka Machado Barbosa e Matheus Felipe Fuck, do Itaú-Unibanco, o emprego, como um todo, está se recuperando - mas de forma mais rápida no setor informal. André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, chamou a atenção para o movimento da massa salarial (R\$ 210 bilhões), estável frente ao trimestre anterior e 5,9% menor do que no mesmo trimestre de 2019.

"Entre o fim de 2019 e agosto do ano passado, a massa salarial caiu 7,6% em termos reais (descontada a inflação). Contudo, os dados estão mostrando certa recuperação nos últimos meses de 2020 e isto é fundamental para começarmos a pensar em avanço da economia", disse.

"Houve crescimento do emprego formal em diversas atividades. Mas a gente ainda está bem distante do cenário pré-pandemia" Adriana Berenguy, analista da Pnad Contínua

Rombo fiscal cresce 666% e vai a R\$ 743 bi

Simone Kafruni

As contas do governo central registraram deficit de R\$ 743 bilhões de 2020, com alta de 666,5% ante R\$ 95 bilhões em 2019, considerando a **inflação** do período. Apesar de ter sido recorde, o resultado foi melhor do que a projeção do próprio governo, que estimava um deficit primário superior a R\$ 830 bilhões. O rombo é resultado da combinação de aumento dos gastos, decorrente das medidas de combate à crise gerada pela pandemia, com queda na arrecadação. Em dezembro, o rombo foi de R\$ 44,1 bilhões ante R\$ 14,6 bilhões em igual período do ano anterior. A receita líquida diminuiu 34,5% quando comparada a dezembro de 2019. Isso porque, naquele ano, o governo teve muitos eventos não recorrentes, como o recebimento de recursos dos leilões de petróleo, que somaram R\$ 72,1 bilhões. Em 2020, a receita líquida foi de R\$ 1,467 trilhão. "Quando olhamos o acumulado no ano, a queda foi de 13,1% em 2020, ou seja R\$ 228 bilhões a menos do que em 2019. Também há efeito da desaceleração da economia nesta redução", explicou o secretário do Tesouro, Bruno Funchal. Ele destacou que as despesas referentes à pandemia são consideradas obrigatórias e somaram R\$ 539 bilhões. "Tirando esse gasto extraordinário, mantivemos um patamar constante de despesas obrigatórias, de R\$ 1,3 trilhão", justificou. Somando tudo, os gastos do governo em 2020 foram de R\$ 1,9 trilhão. "O governo gastou 110% da receita líquida porque o bolso ficou menor", disse. De acordo com Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), o resultado ficou abaixo das projeções. "A nossa previsão era de R\$ 779,8 bilhões. A despesa com a pandemia explica a maior parte do deficit, mas também houve queda importante de receita. O que fica para 2021 é que a pandemia está evoluindo. As receitas dependem da atividade econômica, por isso, a vacina é fundamental", afirmou.

Do lado do gasto, Salto assinalou que a preocupação é a falta de uma sinalização mais clara do que fazer com o Orçamento deste ano, que ainda não foi votado. "No ano passado, houve Orçamento de guerra. Este ano, para não furar o teto de gastos, o governo terá de usar uma válvula de escape, que é o crédito extraordinário. Mas isso é paliativo", alertou.

Economia dos EUA tem em 2020 a maior contração em 74 anos

O **PIB** dos EUA desacelerou no quarto trimestre e cresceu 4% na taxa anualizada, anunciou o Departamento de Comércio nesta quinta-feira (28). O resultado se soma ao avanço recorde de 33,4% no terceiro trimestre e reduz ainda mais as perdas anteriores causadas pela pandemia.

Com o resultado, a economia americana fechou 2020 com uma contração de 3,8%, a primeira desde a crise de 2008-2009 e a maior desde 1946.

O coronavírus e o desordenamento provocado por ele nos negócios nos primeiros meses da pandemia geraram uma crise econômica, que resultou em fechamento de empresas e escolas, queda severa na demanda por bens e serviços e recorde de demissões.

A economia se recuperou no segundo semestre, com a reabertura das empresas, e registrou fortes ganhos em emprego e consumo no terceiro trimestre, com o investimento de trilhões de dólares em assistência governamental.

Embora a recuperação tenha desacelerado, economistas estimam que ela voltará a ganhar impulso mais tarde, quando a pandemia estiver sob controle, embora o coronavírus continue a ser uma ameaça à economia global

"Depois do desastre da pandemia, veremos crescimento desproporcional do segundo trimestre em diante e queda forte de desemprego", disse Joseph Brusuelas, economista chefe da consultoria RSM US.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) estima que a economia dos EUA deva crescer 5,1% neste ano.

Os economistas esperam que as contratações começarão devagar neste ano, depois das demissões em dezembro. Mas também antecipam que o ímpeto deva crescer mais tarde, quando a vacina para a Covid-19 estiver disponível de maneira ampla e os consumidores puderem retomar às atividades como comer fora, assistir a eventos esportivos e viajar para férias. Escritórios devem ser reabertos para um maior número de trabalhadores, o que geraria alta em número de almoços em restaurantes e happy hours.

Outros fatores incluem a assistência governamental e a poupança acumulada pelas pessoas que

continuaram a trabalhar, mas reduziram seus gastos durante a pandemia.

O consumo é o propulsor da produção econômica dos EUA, particularmente em alguns dos setores atingidos com mais força durante a pandemia, como restaurantes, hotéis, lojas e serviços pessoais.

"Esperamos que haja bastante crescimento no fim do segundo trimestre e no terceiro trimestre, quando o setor de serviços retomar as atividades", disse Daniil Manaenkov, economista da Universidade do Michigan.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49421&anchor=6427563&pd=c1298ce1365ed49b55113d99399d8574>

Para onde vai a Selic? (2)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Queda na atividade levará a nova expansão fiscal, que elevará o dólar e, depois, os juros

O Copom indicou aumento da Selic mais cedo do que a maioria dos analistas esperava. A elevação dos juros pode vir em março, o que agrada a alguns economistas que acham que o BC errou em derrubar e manter a taxa básica de juro em 2% no ano passado.

Continuo achando que o BC acertou em colocar a Selic em 2% no ano passado. O repique inflacionário do final de 2020 está mais relacionado a choques de oferta (por exemplo: alimentos e energia) do que a pressões de demanda.

E o câmbio? Selic baixa leva a real desvalorizado, devido à arbitragem de taxa de juros entre o Brasil e o resto do mundo. Parte da depreciação verificada em 2020 veio, portanto, da política monetária, o que fez alguns colegas, ortodoxos e heterodoxos, pedirem elevação de juro para evitar elevação da taxa de câmbio. Os colegas estavam errados.

No regime de metas de inflação, a política monetária se pauta pela expectativa de inflação, não pela taxa de câmbio. Variações cambiais geram resposta monetária quando afetam as expectativas de inflação e, mesmo com a depreciação recente do real, a inflação esperada para 2021 e 2022 continua na meta do governo.

Por que, então, elevar a Selic? Segundo o Copom, porque o cenário indica que a expectativa de inflação pode superar as metas de 3,75% e 3,5% estabelecidas para 2021 e 2022, respectivamente. Por enquanto isso ainda não aconteceu, mas o BC acha que o "balanço de riscos" está mais inflacionário do que desinflacionário (perdão pelo "copomês").

Especificamente, o Copom acha que nova flexibilização fiscal pode gerar mais depreciação, batendo na inflação. Isso é possível se não houver outra âncora fiscal, garantindo que uma saída mais gradual das medidas emergenciais é compatível com o controle da dívida pública a médio prazo (quatro anos).

Além da questão fiscal, o efeito defasado da inflação passada sobre alguns preços monitorados também cria risco de a inflação esperada superara meta do

governo, requerendo resposta do Copom. Mesmo que a origem do choque não seja de demanda, o BC tem que atuar para evitar que a elevação pontual de preços se transforme em aumento permanente da inflação.

Do lado deflacionário, o ano começou com perspectiva de recessão técnica (dois trimestres de "crescimento negativo" do PIB) e desemprego ainda elevado. Esses dois fatores geram baixa inflação de serviços, ajudando o BC a cumprir meta de inflação mesmo com comportamento desfavorável de preços administrados e de itens comercializáveis.

É difícil dizer o que prevalecerá, mas, como economistas vivem de fazer cenários, lá vai o meu: a queda do nível de atividade forçará o governo a adotar nova expansão fiscal "emergencial" neste ano, que, por sua vez, gerará ajuste adicional do câmbio para cima.

Não será algo que "quebre" o Brasil, pois somos credores em dólares, mas suficiente para justificar aumento da Selic, sob aplauso da Faria Lima, que culpará o Congresso por salvar vidas e empregos em vez de aprofundar o arrocho no meio da segunda onda da pandemia (por isso seres humanos não gostam de fariálimers).

A dúvida é se a mudança fiscal chegará a tempo de evitar baixo crescimento e mais desemprego, bem como se o alívio de curto prazo será acompanhado por reformas de longo prazo (na despesa e sobretudo na receita) que garantam o controle da dívida pública mais à frente.

Por enquanto, governo e Faria Lima se comportam como avestruz, ignorando a necessidade de mudança fiscal, o que, ironicamente, aumenta o risco de descontrole fiscal quando a mudança inevitável ocorrer.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49421&anchor=6427563&pd=c1298ce1365ed49b55113d99399d8574>

O desemprego e a pauta do governo (3)

Levar o desemprego de volta aos níveis pré-pandemia será uma das tarefas mais complicadas para o governo - se a equipe econômica tiver mesmo essa preocupação.

Nem isso é certo. Apelar de novo para os mecanismos de suspensão de contratos e de redução de jornada e salários é uma das saídas em discussão no Ministério da Economia, informou o Estado. Janeiro termina e o governo continua sem Orçamento e sem roteiro econômico para 2021. No mercado de trabalho, a herança de 2020 é tenebrosa. Catorze milhões de pessoas, 14,1% da população ativa, estavam desempregadas no trimestre de setembro a novembro, num cenário com pouca mudança em relação ao trimestre de junho a agosto. Mas houve melhora, dirão os otimistas: nesse intervalo a desocupação diminuiu de 14,4% para 14,1%.

Apesar da redução porcentual, irrelevante, segundo os autores da pesquisa, o número de pessoas desocupadas passou de 13,8 milhões para 14 milhões e aumentou 18,2% (mais 2,2 milhões de trabalhadores) em relação ao número apurado no mesmo trimestre de 2019, quando os desocupados eram 11,2% da força de trabalho.

A oferta de vagas normalmente cresce no segundo semestre, com a perspectiva de vendas maiores no fim de ano. A animação, desta vez, foi muito moderada, e a porcentagem dos desocupados no trimestre móvel terminado em novembro foi a mais alta para o período na série iniciada em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A oferta de vagas pouco melhorou e, ao mesmo tempo, mais pessoas foram em busca de oportunidades. Com mais 4,1 milhões de trabalhadores, a força de trabalho aumentou para 99,6 milhões.

O quadro fica ainda mais feio, como se tem observado com frequência, quando se observam os detalhes. A população subutilizada (29%) foi pouco menor que a do trimestre junho- agosto, e correspondeu a 32,2 milhões de pessoas. Esse grupo inclui os desempregados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, onde se incluem, ao lado dos outros, os 5,7 milhões de desalentados.

Os trabalhadores por conta própria (22,9 milhões) receberam o reforço estatístico de 1,4 milhão de trabalhadores. Essas pessoas podem ter descoberto o empreendedorismo ou podem ter simplesmente resolvido tentar novo caminho, mesmo sem

experiência em negócios.

Por enquanto, o aumento dos trabalhadores independentes atenua um pouco, e de certa forma disfarça, as condições do emprego.

Somados os trabalhadores assalariados e os por conta própria, os informais totalizaram 33,5 milhões, ou 39,1% da população ocupada. Quando se examina o quadro mais amplo, perde relevância o número de empregos formais - 142.690 - criados em 2020, segundo o balanço final do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

Os números finais do Caged foram anunciados na quinta-feira, pouco depois da divulgação dos dados do IBGE, correspondentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O balanço anual do cadastro foi o pior depois de 2017, quando o resultado foi o fechamento de 20.832 postos.

A precária situação do emprego, combinada com a redução do auxílio emergencial a partir de setembro, explica, em boa parte, o modesto desempenho do comércio varejista no fim do ano. Em novembro as vendas no varejo foram 0,1% menores que em outubro. Essa relativa estabilidade ocorreu depois de seis meses de crescimento.

Esse avanço, no entanto, vinha perdendo impulso, depois de forte reação inicial em maio e junho. Os dados de dezembro ainda serão publicados, mas nenhuma informação conhecida sugere uma grande animação perto do Natal.

A **inflação** também afetou o consumo nos meses finais. Os trabalhadores foram duplamente afetados nessa fase - pela redução do auxílio emergencial, afinal extinto em 31 de dezembro, e pelo encarecimento dos produtos básicos. Com pouca mudança, o quadro continua desfavorável à maioria dos trabalhadores e desafiador para o governo - se o governo aceitar desafios ligados ao emprego e ao bem-estar das famílias.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil abre 142 mil vagas formais em 2020

Idiana Tomazelli Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Apesar da recessão causada pelos efeitos da pandemia de covid-19 na economia, o Brasil abriu novos postos de trabalho com carteira assinada em 2020. Mesmo com as demissões comuns no fim de ano, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) encerrou 2020 com um resultado positivo de 142.690 vagas, sustentado pela construção civil e pela indústria.

A geração de postos de trabalho foi a mais tímida desde 2017, mas, em um contexto de forte crise, foi considerada uma "boa notícia" pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele lembrou que o desempenho vem a despeito de uma queda do **PIB**, estimada em 4,5% para 2020. "Fechamos o ano com 30 milhões de empregos com carteira, e 11 milhões de vagas preservadas pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm)", afirmou o ministro.

O programa foi criado em abril e permitiu a suspensão dos contratos ou a redução de jornada e de salários, mediante uma compensação paga pelo governo.

Sua validade, porém, terminou em 31 de dezembro de 2020. Desde janeiro, empresas precisam pagar os salários integrais dos seus funcionários.

O secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, negou que o mercado de trabalho brasileiro passará por uma "ressaca" em 2021 após o programa ter atenuado demissões. "Podemos afirmar categoricamente que não (haverá ressaca)", disse. Ele destacou que 3,5 milhões de trabalhadores que fizeram acordos no ano passado estão, no mês de janeiro, protegidos pela chamada "garantia provisória", uma proteção contra demissão sem justa causa. Para o empregador dispensá-lo, precisaria pagar uma multa "bastante salgada", segundo Dalcolmo. Essa garantia será válida para alguns trabalhadores até meados do ano.

Apesar do otimismo com as perspectivas para o mercado de trabalho, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, admitiu que a equipe econômica avalia a adoção de novas medidas para preservar e até estimular o emprego. Nos últimos dias, empresários, sobretudo do setor de serviços, têm pressionado o governo para obter ajuda. Bianco disse, porém, que qualquer eventual medida valerá para todos os setores.

Uma nova ação demanda uma análise de circunstâncias e uma análise política", disse Bianco. O secretário, porém, garantiu que o governo está atento.

"Não deixaremos o desemprego aumentar", avisou. Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governo avalia aprimorar o mecanismo que já existe e permite a suspensão do contrato de trabalho (com pagamento do seguro-desemprego pelo governo) por até cinco meses (conhecido como lay-off). Hoje, ele pode ser acessado por acordo coletivo com a categoria, mas a ideia seria permitir acertos individuais, como ocorreu no programa desenhado especificamente para a pandemia.

Uma prorrogação do próprio BEm também está no radar.

Bianco destacou ainda que um dos focos da equipe está em medidas para recolocar no mercado de trabalho pessoas que perderam o emprego, atenuando o custo de contratação, além de aprimorar a qualificação. Ele admitiu que ações que estavam na Medida Provisória do Emprego Verde Amarelo, lançada no fim de 2019 focada em baratear a contratação de trabalhadores até 29 anos, podem ser reeditadas sob o mesmo desenho, ou ainda reformuladas.

Vacinação. Apesar da sinalização de Bianco e sua equipe, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, disse em outra entrevista coletiva no mesmo dia que a reedição de programas para proteger o emprego e uma nova rodada do auxílio emergencial podem não ser a melhor solução no momento, sobretudo diante de dados positivos do mercado formal de trabalho.

Ele preferiu defender a vacinação em massa da população.

"Dado o nosso espaço fiscal muito reduzido e a recuperação do mercado de trabalho, acredito não ser a política mais adequada para o momento a volta de programas para o emprego e o auxílio emergencial. Para mim, a melhor política no momento é a vacinação", disse .

Preservação

"Fechamos o ano com 30 milhões de empregos com carteira, e 11 milhões de vagas preservadas pelo programa BEm."

Paulo Guedes MINISTRO DA ECONOMIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crédito bancário tem alta de 15,5% em 2020, mostra BC

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

O estoque total de operações de crédito do sistema financeiro subiu 15,5% no ano passado e superou a marca de R\$ 4,018 trilhões, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central.

Foi a maior variação anual desde 2012, quando o avanço foi de 16,44%.

No fim de 2019, o estoque do crédito em mercado era de R\$ 3,478 trilhões. O crescimento de R\$ 539,369 bilhões em 2020 representou o maior aumento nominal desde o início da série histórica do BC, em 1991.

Os dados foram influenciados pelos efeitos da pandemia de covid-19, que colocou em isolamento social boa parte da população e reduziu a atividade das empresas - em especial, nos meses de março e abril. Em meio à carência de recursos, famílias e empresas aumentaram a demanda por algumas linhas de crédito nos bancos.

Em um ano marcado pelo coronavírus, que levou o governo federal a lançar iniciativas na área de crédito, as concessões no crédito livre (recursos que os bancos podem emprestar sem seguir as regras do governo) subiram 1,2%, para R\$ 350 bilhões. No crédito para pessoas físicas, as concessões caíram 2,1%, para R\$ 180 bilhões.

No caso de empresas, as concessões somaram R\$ 170 bilhões, o que representou uma alta de 4,8% no ano.

O BC informou ainda que o total de operações de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) terminou 2020 em 54,2%.

Juros. Ainda pelos dados divulgados ontem, a taxa média de juros no crédito livre foi de 25,5% ao ano, ante 33,4% no final de 2019.

Para as pessoas físicas, a taxa média no crédito livre terminou 2020 em 37% ao ano, ante 46% cobrados em dezembro de 2019. Já na taxa média nas operações fechadas por empresas passou de 16,3%, no final de 2019, para 11,7% ao ano em dezembro de 2020.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa passou de 247,6% para 115,6% ao ano.

Desde julho de 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R\$ 200.

Em 6 de janeiro de 2020, o BC passou a aplicar uma limitação dos juros do cheque especial, em 8% (151,82% ao ano).

Além da limitação do juro, os dados refletem uma revisão realizada na série histórica do BC. De acordo com a autarquia, os números passaram a considerar o fato de alguns bancos cobrarem juro no cheque especial apenas após dez dias de atraso no pagamento da fatura. Antes, era considerado todo o período de atraso.

Essa mudança fez com que o nível do juro no cheque especial, na nova série histórica, fosse menor do que em anos anteriores.

Evolução

R\$ 539,3 bi foi quanto aumentou o estoque total de crédito no ano passado, segundo dados do Banco Central

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia dos EUA tem pior desempenho desde a 2ª guerra

A economia dos Estados Unidos registrou queda de 3,5% em 2020, no pior desempenho desde 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial. O resultado vem depois do crescimento de 2,2% em 2019 e marca o primeiro declínio anual do **PIB** desde a Grande Recessão de 2007-09.

dezembro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A economia americana caiu em recessão em fevereiro passado, uma vez que a covid-19 devastou fornecedores de serviços como restaurantes e companhias aéreas, deixando milhões de americanos sem trabalho e na pobreza.

O dado do Departamento do Comércio sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) no quarto trimestre divulgado ontem também mostrou que a recuperação da pandemia perdeu força no fim do ano em meio ao ressurgimento das infecções por coronavírus e o esgotamento do pacote fiscal de quase US\$ 3 trilhões do governo.

No quarto trimestre, o **PIB** cresceu a uma taxa anualizada de 4,0%. O vírus e a falta de outro pacote de estímulos reduziram os gastos dos consumidores, e ofuscaram parcialmente o desempenho forte da indústria e do mercado imobiliário.

A forte perda de força depois da expansão histórica de 33,4% entre julho e setembro deixou o **PIB** bem abaixo de seu nível do fim de 2019.

Dado que o vírus ainda não está controlado, economistas preveem que o crescimento vai enfraquecer ainda mais no primeiro trimestre de 2021, antes de retomar velocidade conforme o estímulo adicional faz efeito e mais americanos são vacinados.

Na quarta-feira, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deixou inalterada sua taxa básica de juros perto de zero e prometeu continuar injetando dinheiro na economia através de compras de títulos, destacando que o "ritmo da recuperação na atividade econômica e emprego se moderou nos últimos meses".

O presidente Joe Biden apresentou um plano de recuperação no valor de US\$ 1,9 trilhão e pode usar o relatório do **PIB** para convencer alguns parlamentares que relutaram diante do valor após o governo fornecer quase US\$ 900 bilhões em estímulo adicional em

Um pouco de inflação não faria mal (2)

PAUL KRUGMAN

O presidente Biden está propondo um grande pacote de auxílio para lidar com as prolongadas consequências do coronavírus.

O pacote é amplo, como deveria ser. Mas, como era de se prever, está enfrentando demandas para que seja reduzido. Será que alguma dessas exigências tem validade?

Podemos desconsiderar a oposição de líderes republicanos que de repente decidiram, depois de anos aprovando déficits sob Trump, que a dívida federal é uma coisa terrível.

Já vimos esse filme durante os anos Obama: republicanos se opõem ao socorro econômico não porque acreditam que será um fracasso, mas porque temem que seja um sucesso, ajudando as perspectivas políticas dos democratas e legitimando um papel ampliado do governo.

Mas também existem algumas objeções de boa-fé a partes da proposta de Biden, vindas de democratas como Joe Manchin e de comentaristas econômicos progressistas como Larry Summers.

O que esses comentaristas objetam, de maneira geral, são os planos para uma vasta distribuição de "cheques de estímulo" (não são cheques e não se trata de estímulo, mas isso não importa aqui): pagamentos de US\$ 1.400 para muitas famílias.

Estou escrevendo este comentário para explicar por que acredito que essas objeções estão equivocadas. Para ser mais preciso, diria que estão dando a resposta certa à pergunta errada.

Vamos começar do começo: o principal objetivo do plano proposto não é o estímulo, mas, sim, o alívio diante do desastre. A economia americana continuará deprimida enquanto a pandemia estiver galopante, então o objetivo é ajudar os setores da nossa sociedade que foram mais atingidos. Nesses setores se encontram famílias com trabalhadores desempregados, empresas prejudicadas pelos lockdown e governos estaduais que estão sofrendo abalos financeiros. E isso, junto com o financiamento das vacinas e os gastos específicos da pandemia, compõem a maior parte dos gastos propostos.

As partes controversas são as amplas doações para

famílias, muitas das quais para americanos que estão indo bem. E os críticos estão certos em dizer que muitos dos que receberiam o pagamento não precisam do dinheiro.

Onde eles se equivocam é em presumir que os cheques de estímulo concorrem com as outras partes do pacote.

O fato é que o governo americano não tem limites financeiros. Não tem problemas para tomar empréstimos e os empréstimos que toma estão muito baratos, com a taxa de juros de dez anos pouco acima de 1%.

Essa taxa de juros está muito abaixo da taxa de crescimento econômico projetada.

Isso significa que tomar empréstimos agora não acumulará grandes fardos para o futuro: qualquer dívida que criarmos tenderá a se dissipar com o tempo e o crescimento do **PIB**. E os cheques de estímulo ajudariam a construir essa base, por duas razões.

A primeira é que os cheques desempenhariam um papel útil. Os benefícios de auxílio-desemprego não chegarão a todos os afetados pela pandemia, então alguns dos gastos com pagamentos generalizados atingiriam pessoas que precisam de ajuda. A segunda é que os cheques de estímulo são muito populares e uma coisa que os democratas prometeram.

E as preocupações com o risco de fornecermos auxílio demais e de isso gerar um ciclo inflacionário?

Estou realmente otimista com as perspectivas econômicas de curto prazo. Há uma boa chance de a economia voltar a crescer no final deste ano. Se e quando isso acontecer, a economia não precisará de nenhum estímulo que o pacote ainda estiver oferecendo.

Mas e daí? Estaremos saindo da pandemia com a **inflação** ainda abaixo da meta do Fed, e não faria mal nenhum ultrapassar essa meta e aquecer a economia, gerando um pouco de excesso de **inflação**.

Precisamos nos lembrar da lição do estímulo de 2009: os riscos de fazer pouco são maiores do que os riscos de fazer muito. Se fizermos pouco, provavelmente não teremos uma segunda chance. Se fizermos muito, o Fed conseguirá conter qualquer aumento na **inflação** facilmente.

Então, por favor, não implique com esse plano. Nem todo dólar precisa ser gasto da melhor maneira possível. O essencial é ter velocidade, simplicidade e auxílio generalizado, não pureza.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dívida trilionária dispara novo alerta para crise fiscal (3)

A informação do Tesouro de que a dívida pública pela primeira vez ultrapassou os R\$ 5 trilhões, perto de 90% do **PIB**, dispara mais um sinal de alerta para a situação crítica das contas públicas. O Congresso precisa levar tal fato em conta no debate que crescerá a partir de segunda-feira, depois da eleição dos novos presidentes da Câmara e Senado, sobre a criação de um novo auxílio emergencial. O endividamento recorde e a crise fiscal têm tornado o Brasil cada vez menos atraente aos investimentos externos diretos, termômetro da confiança mundial na nossa economia.

As despesas extraordinárias no enfrentamento da pandemia no ano passado são a causa básica do crescimento da dívida em R\$ 760 bilhões, com um déficit primário de R\$ 744 bilhões, quase 10% do **PIB**. Para manter o endividamento sob controle, deveríamos, em contraste, acumular superávits na faixa dos 3%. Isso dá uma ideia do esforço fiscal hercúleo necessário para o Estado brasileiro resgatar a confiança no país. Não há milagre no caminho a perseguir: a agenda de reformas paralisada no Congresso, em particular a administrativa, a tributária e as demais que trariam fôlego fiscal.

É verdade que precisam ser reconhecidas as condições extraordinárias de 2020 (e também de 2021). É indiscutível que uma crise pandêmica global, capaz de derrubar as mais fortes economias do mundo, exige de cada Estado ações compensatórias para proteger a saúde da população e acolher aqueles atingidos pelos reflexos econômicos da doença. Entre setembro e novembro, 14 milhões ficaram sem emprego. Para 10 milhões, a jornada de trabalho foi reduzida, ou o contrato, suspenso.

Mas nada disso significa considerar como "novo normal" a precariedade da economia. É necessário ter sensatez. No Brasil, com seu longo prontuário de calotes na dívida pública, todo novo auxílio precisa ser lançado em bases mais consistentes. Não é um acaso que o investidor externo venha paulatinamente perdendo a confiança no país, a ponto de os investimentos diretos terem somado, no ano passado, apenas US\$ 34,2 bilhões, queda de 50% em relação a 2019 e o volume mais baixo dos últimos 11 anos - período em que muito se falou sobre as reformas, mas pouco se fez.

A fuga do investidor é explicada como sintoma da

retração mundial causada pelo vírus. É menos que uma meia-verdade. Desde 2011, a tendência nos investimentos diretos tem sido de queda. No pico, em 2011, chegaram a US\$ 102 bilhões, volume mais elevado desde que os dados passaram a ser coletados, em 1947. Caíram a um terço disso em 2020.

Daí a urgência das reformas. A perda de atratividade do Brasil vem de longe e pode se agravar dependendo de como o governo responder à nova onda da Covid-19. Vir para ficar não é um dogma para o investidor estrangeiro. Depende das condições. A Ford ficou um século-e partiu.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mundo paralelo da equipe econômica - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

No ano passado o mercado de trabalho encolheu, fortemente. É até óbvio. Aqui e no mundo a pandemia foi devastadora para o emprego. A equipe econômica de Jair Bolsonaro quer fazer crer que houve criação de emprego e que ao fim do ano o país tinha 142.690 de vagas a mais com carteira assinada do que em 2019. No mesmo dia, no mesmo governo, a informação do IBGE é que no trimestre terminado em novembro havia 3,5 milhões de trabalhadores a menos com carteira assinada em relação a 2019. No mercado como um todo, a queda é de 8,8 milhões de pessoas ocupadas.

O Caged, divulgado pelo Ministério da Economia, registra as demissões e contratações do mercado formal. O IBGE faz a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Eles medem coisas diferentes, mas quando o IBGE diz que são empregados com carteira está, teoricamente, medindo a mesma parcela do mercado de trabalho que o Caged. Em algum momento, deveriam convergir, mas estão discrepantes.

O ministro Paulo Guedes anunciou o número do Caged, que registrava perda de emprego, 67 mil em dezembro, mas que terminava o ano com o saldo positivo. E o fez repetindo discurso político com comparações com o pior período petista. Uma perda de tempo, porque ele poderia até contar uma boa história comparando esse ano singular que foi 2020 com o que poderia ter sido. As medidas do governo de fato atenuaram as demissões e a recessão. O **PIB** deve ter uma queda em torno de 4,5%. As previsões iniciais eram bem piores. Mas não há como negar que foi um ano terrível para o mercado de trabalho.

O economista Daniel Duque, do Ibre/FGV, que foi um dos primeiros a alertar para a diferença que estava acontecendo entre o Caged e o IBGE, tinha no começo duas hipóteses para a discrepância: subnotificação e metodologia.

-A subnotificação aconteceu mais no meio da pandemia, lá para abril a junho -explicou.

O Caged é feito a partir da informação das empresas. Muitas fecharam as portas e nada informaram. Houve dificuldade de registro também por causa de mudança

na metodologia que houve em janeiro do ano passado. Emprego intermitente antes não era obrigado a informar. Agora no novo Caged é. Há outras alterações que parecem confusas até para os especialistas.

-A questão toda é que quando a gente tem uma série é preciso ter referência sobre como ela se comporta. O Caged sempre teve correspondência boa com o **PIB** e nível de atividade. Quando acelera, tem emprego e vice-versa. O novo Caged a gente não sabe mais a referência. Num ano de queda do **PIB**, há geração líquida de 142 mil vagas -diz Daniel Duque.

E o IBGE, o que disse ontem? A Pnad mostra dados trimestrais. De setembro a novembro o Brasil chegou a uma taxa de 14,1% de desocupação, ligeiramente menor do que no trimestre anterior terminado em agosto. Mas representando 14 milhões de pessoas desempregadas, ou seja, procuraram emprego e não encontraram. Com a pandemia, a necessidade de distanciamento social, as medidas restritivas mais severas, muita gente nem procura emprego. Então não entra na estatística.

Os desalentados, que nem pensam em procurar, são 5,7 milhões. Há uma grande tragédia no mercado de trabalho. Não adianta agarrar-se a um dado que deu positivo para elogiar-se e atacar o adversário político. Ademais, Ministério da Economia deveria ser técnico, e não ficar todo o dia atravessando a rua para brigar do outro lado.

Daniel Duque ajuda a entender essa complexidade que está sendo medir o que acontece no mercado de trabalho no meio da pandemia: - Pnad e Caged contam histórias muito diferentes. Desde o início da pandemia, o Caged mostrava uma queda muito menor do emprego, e depois passou a mostrar uma recuperação mais forte do que o dado da Pnad para o emprego formal. O IBGE, quando mostra a recuperação do emprego, é principalmente do informal. Eu tendo a acreditar mais na Pnad Contínua por vários motivos. Um deles é que tem maior correspondência com a atividade econômica.

Equipe econômica que se agarra a um número parcial positivo e não vê o todo não ajuda muito a enfrentar a crise. Até porque nós estamos em novo agravamento do número de mortes e contágios, e há muita incerteza

na economia. O país tem um outro ano duro pela frente em que a capacidade de formulação de políticas para atenuar os problemas será novamente exigida.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1b155be8593033100000>

Arminio: setor privado buscar vacinas 'não é boa ideia'

HUGO PASSARELLI - SÃO PAULO

Para o economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos, a aquisição de vacinas por empresas privadas não é uma boa ideia neste momento da pandemia, pois a oferta de imunizantes é insuficiente. Ao participar ontem de edição extra da Live do Valor, ele disse considerar que o governo de Jair Bolsonaro já perdeu o apoio de parte do empresariado, insatisfeita com a gestão da pandemia.

Arminio ressaltou que "é compreensível" a busca de vacinas pelo setor privado, mas que tal iniciativa é indesejável.

- É compreensível. Mas não acho uma boa ideia. Estamos vivendo um momento de escassez global. É preciso que haja uma coordenação para que as prioridades possam ser obedecidas - disse Arminio no evento on-line do jornal Valor Econômico.

Ele disse ainda que, em um momento em que a pandemia se alastra e não há mais auxílio emergencial, a atividade econômica deve ficar comprometida: -A recuperação em "V" foi inflada pelo auxílio emergencial. Agora fica a sensação que vamos entrar num buraco.

O economista considerou positiva a afirmação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a vacinação em massa é essencial para a recuperação da economia. Mas, embora reforce a necessidade de ajuste das contas públicas, considerou temerária a declaração do ministro sobre possíveis cortes em gastos com saúde em plena pandemia: - Falar em reduzir gastos com saúde neste momento assusta muito. Mas isso foi plantado lá atrás (crise fiscal), agora é hora de tomar decisões difíceis.

Ainda na seara fiscal, Arminio afirmou que o teto de gastos deveria ser repensado: -O teto foi desenhado para estimular um número grande de reformas, que em geral não aconteceram. O teto foi ficando disfuncional. Vai ser necessário reancorar o lado fiscal, reintroduzindo metas para o saldo primário e flexibilizando um pouco o teto, que deveria crescer menos do que o **PIB**, mas com algum espaço de manobra.

LONGE DOS EXTREMOS

Perguntado se acredita que o atual governo já perdeu apoio do empresariado, Arminio respondeu: - Diriaquesim. Eu não vou falar, todo mundo morre de medo, é da natureza da coisa, mas acho que a turma já entendeu que aquela promessa de governo liberal na economia e mais manso nos temas de costumes, que isso já era.

Ele completou, indicando ver o empresariado em busca do centro político: -Qualquer um bem informado a essa altura do jogo vai dizer: "espera aí, vamos evitar os extremos". Acho que o empresariado é muito firme em cair fora dos extremos, 'Vamos procurar alguma coisa aqui no meio, procurar um pêndulo, mas um pêndulo mais curtinho, mais civilizado".

Ao ser perguntado se o pensamento predominante no meio empresarial é a favor ou contra a continuidade do atual governo, disse: -Não vejo o empresariado como uma coisa monolítica. Ainda acho que tem muita gente dizendo: "não (ao impeachment), vai dar dor de cabeça, pode gerar um comportamento perigoso, deixa estar, vamos resolver isso daqui a dois anos". Tem outros que dizem "não, não dá para aguentar, é demais, é melhor resolver isso agora, inclusive para a economia".

Ele ressaltou não ter evidências concretas para embasar sua percepção: -Não tenho uma pesquisa, mas que há um movimento bastante relevante e que está mobilizando as pessoas, disso não tenho dúvida.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo?token=1b155be8593033100000>

Prorrogar auxílio seria "desastre", afirma Bolsonaro

Matheus Schuch De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a prorrogação do auxílio emergencial, defendida por uma ala do governo, seria um "desastre" que poderia "quebrar o Brasil". Na sua live semanal nas redes sociais, Bolsonaro afirmou que o país está no limite da capacidade de endividamento.

"Alguns batem na questão do auxílio emergencial. O nome é emergencial. A nossa capacidade de endividamento chegou ao limite. Ficamos cinco meses com R\$ 600 e mais quatro com R\$ 300. Lamento, o pessoal quer que continue. Vai quebrar o Brasil. Vem inflação, descontrole da economia, vem um desastre aliás disso e todo mundo vai pagar caríssimo", sustentou ele.

Na transmissão, Bolsonaro também falou sobre a pandemia de covid-19 e defendeu que a população deve começar a voltar a "viver", mesmo diante de mais de 220 mil mortes pela doença e da escalada de novos casos.

"Nós temos que voltar a viver, pessoal. Sorrir, fazer piada, brincar, voltar aos estádios de futebol o mais cedo possível, que seja com uma quantidade menor, 20%, 30% da capacidade do estádio", afirmou. "As vacinas estão vindo aí."

O presidente garantiu que comprará imunizantes, independente de origem, que tenham sido aprovados pela Anvisa.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186652?page=1§ion=1

Melhora do emprego não deve durar

A taxa de desemprego ficou em 14,1% no trimestre encerrado em novembro, com um salto de 4,8% no número de pessoas que encontraram uma ocupação, na comparação com o período terminado em agosto, o maior aumento da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que 95% das pessoas que entraram no mercado encontraram trabalho no período.

Do aumento de 3,912 milhões de vagas criadas no trimestre, 2,445 milhões (66%) foram no setor informal. Houve alguma reação do setor formal, com 895 mil posições a mais. Também divulgados ontem, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostraram que o país fechou 2020 com saldo positivo de 142,7 mil empregos com carteira, ante 644,1 mil em 2019. As expectativas no início da pandemia eram de saldo muito negativo.

A despeito da forte criação de vagas, a Pnad, que engloba mercado formal e informal, apontou que o número de desempregados (14 milhões) continuou um dos mais altos da série e o contingente de ocupados (85,6 milhões) ainda é 8,8 milhões menor que em igual período de 2019. Para o economista Tiago Cabral, do Instituto iDados, o recrudescimento da covid-19 pode frear a melhora vista até agora. Sendo uma média móvel trimestral, o resultado de novembro ainda está diluído pelo efeito dos meses anteriores, quando se observava queda nos casos e incremento da atividade, diz.

O fim do auxílio emergencial deve provocar um retorno maciço de pessoas à força de trabalho, pressionando a taxa de desemprego. Também no mercado medido pelo Caged, a perspectiva é de um primeiro trimestre de 2021 pior do que o observado nos meses anteriores de 2020, sobretudo pela piora da pandemia, afirma Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Apesar de dúvidas sobre a nova metodologia e eventual subnotificação, o Caged tem apontado para uma recuperação mais vigorosa do emprego com carteira do que a Pnad. Apenas o setor de serviços encerrou 2020 com saldo negativo (132,6 mil vagas). Em dezembro, o Brasil fechou 67,9 mil postos - o mês costuma ser de demissões, mas esse foi o resultado menos pior desde 1995.

"A grande notícia é que num ano terrível, em que o

PIB caiu 4,5%, criamos 142 mil empregos", disse ontem o ministro Paulo Guedes (Economia). O mercado formal foi sustentado pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu suspensão de contratos e redução de salário/jornada. "Mesmo nossas previsões iniciais falavam de possibilidade de demissão de mais de 10 milhões de pessoas", disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo. Foram 20,1 milhões de acordos pelo BEm, com custo efetivo de R\$ 33,4 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

O governo analisa a recriação do programa, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Para Cosmo Donato, da LCA, o BEm teve papel "muito importante", mas seu efeito já foi. "Caminhamos para um ano com perspectiva de recuperação econômica, ainda que a piora da pandemia acenda um alerta. Talvez não faça mais tanto sentido até para as empresas."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186652?page=1§ion=1

Bolsonaro perde apoio empresarial, diz Fraga

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

Arminio Fraga decidiu furar a bolha. Foi o primeiro grande investidor a se manifestar contra a fila paralela da vacinação, protagonizada por empresários ("canalizaram sua energia para ajudar com um desabafo contraproducente"), mas não parou por aí. Em live com o Valor, na manhã de ontem, o sócio da Gávea Investimentos disse que o teto de gastos, mantido como está, reduzirá o tamanho do Estado aquém do desejável. Ele avançou sobre a necessidade de seus pares reavaliarem a postura adotada no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e, finalmente, chegou ao ponto. Disse que o presidente Jair Bolsonaro já perdeu apoio de uma parte do apoio do empresariado: "É intolerável que crimes de responsabilidade ocorram a toda hora".

Nos grupos de discussão de seus pares que costuma frequentar em suas redes sociais, o tema está mais quente do que aparece publicamente: "As entidades empresariais têm lideranças historicamente atrasadas, mas na base não é assim não. Eles têm a visão de que é preciso começar a se engajar. Minha sensação é de que isso está caminhando, junto com o engajamento dos mais jovens na política. As pessoas têm medo de falar porque havia uma esperança de uma agenda liberal para a economia, mas o assunto está esquentando".

Arminio Fraga tem buscado ponderação no tema porque percebe o quanto empresários e investidores ainda estão divididos, mas diz que o que está em questão não é se o presidente da República é ou não competente: "Isso a gente resolve de quatro em quatro anos, nas eleições. O problema é mais sério. Um país que não consegue consolidar seu caminho democrático, sob o império da lei e da igualdade de direitos cria um ambiente que inibe o crescimento e gera incerteza".

O fundador da Gávea Investimentos vê riscos crescentes para a economia e para o país. "Não vejo o que está acontecendo agora como desejável ou sustentável. Caiu a ficha do quão importante é a qualidade do debate e um certo grau de civilidade e abertura para que as coisas possam ir evoluindo para melhor. Vejo muito mal os ataques à imprensa, uma atitude não científica no caso da saúde, do meio ambiente e da Amazônia. Isso faz muito mal à nossa

imagem internacional mas, sobretudo, para a imagem que temos de nós mesmos. É isso mesmo que queremos? Não".

Indagado se o governo Jair Bolsonaro já perdeu, de fato, o apoio do empresariado, Arminio Fraga diz que é esta a percepção que tem, apesar de não acreditar em bloco monolítico de apoio ao impeachment: "O que vejo sobrando de apoio para este governo provavelmente não inclui a maioria do empresariado. A turma já entendeu que aquela promessa de governo liberal na economia e mais manso nos costumes já era. Mas não é monolítico. Tem gente que acha que vai dar dor de cabeça porque pode gerar comportamento perigoso. Outros dizem que não dá para aguentar e que é melhor resolver isso agora, inclusive para a economia"

Arminio Fraga diz que tem ouvido ponderações de que não dá para sair cassando presidente a todo momento, mas vê se confundirem aí causa e sintoma. Diz, por exemplo, que, a exemplo do PSDB, partido em que lideranças como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ou o senador Tasso Jereissati (CE) já reviram suas posições sobre o apoio ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o movimento também seria bem-vindo no empresariado. Cita o ex-primeiro-ministro britânico do início do século XIX, Benjamin Disraeli ("Nunca reclame, nunca se explique") e toma o rumo oposto: "Sempre é preciso processar. Foi um impeachment complexo. Muitos empresários foram contra o PT e tiveram medo de continuar no caminho econômico suicida da presidente".

O sócio da Gávea também vê problemas se avolumando hoje na economia brasileira pelo atraso do governo em fazer as mudanças necessárias para o esforço fiscal do enfrentamento da pandemia: "Estamos lidando com um cobertor curto, mas não foi da noite para o dia e não vejo o governo tomando providências profundas. Há decisões difíceis pela frente. Isso cria tensão e a economia fica paralisada. A atividade foi muito turbinada pelo auxílio e a sensação é que agora se abriu um buraco, ao mesmo tempo que temos que lidar com o problema da **inflação**".

Já angariou resistências no seu meio mas mantém a posição de que o teto de gastos pode ser flexibilizado sem comprometer a credibilidade da economia: "O teto

foi desenhado na expectativa de um número grande de reformas. Algumas aconteceram, outras não. O investimento público colapsou e, como o orçamento público é engessado, ficou difícil priorizar. Se o teto for cumprido à risca, no final de dez anos o Estado encolherá. É muito tempo. O teto pode ser flexibilizado, crescendo menos que o **PIB**. Isso geraria um espaço para se investir na saúde, na assistência social e na educação".

Arminio Fraga tem acompanhado ao longe a sucessão das mesas do Congresso e tem a percepção de que um resultado favorável aos candidatos governistas dará algum fôlego ao presidente da República. Aposta, no entanto que, se Jair Bolsonaro chegar a 2022, não o ultrapassa. "O Congresso é muito conservador e os parlamentares têm um espírito de sobrevivência visível. Mas as coisas podem mudar e é muito cedo para conectar esta disputa das mesas com a eleição presidencial. Não vejo o presidente chegando às próximas eleições com um histórico que lhe permita a reeleição. Acho que a população vai perceber isso".

Apesar do quadro multifacetado de postulantes, o economista mantém sua aposta num centro político unificado e aguarda a definição do apresentador Luciano Huck, que costuma consultá-lo sobre os rumos do país: "Qualquer pessoa bem informada vai querer cair fora dos extremos. Vamos buscar uma coisa ali no meio. Um pêndulo civilizado. Isso é extremamente saudável. Vejo o empresariado buscando propostas e pessoas. Huck tem expressado enorme preocupação com o país. Vem se dedicando a conversar com as pessoas e considera a possibilidade de ir para a política. Ele é conhecido, bem intencionado, cheio de gás e quer ajudar. Vamos ver. Um candidato de centro, com uma proposta para o país, tem enormes chances de ganhar".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186652?page=1§ion=1

PIB dos EUA cresce abaixo do esperado no 4º tri; este ano deve ter começo fraco

Justin Lahart *Dow Jones Newswires*

A economia dos EUA terminou o ano passado em ritmo lento. Não está claro o quanto vai acelerar.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) americano cresceu à taxa anualizada de 4% no quarto trimestre, em relação ao trimestre anterior, após crescer 33,4% no terceiro trimestre. Esse resultado frustrou as expectativas dos economistas.

Em termos reais, o **PIB** cresceu 1% no quarto trimestre e 7,5% no terceiro. Ainda assim, o **PIB** fechou o ano 2,5% menor do que começou. A economia dos EUA fechou o ano passado com uma contração de 3,5%, a maior desde 1946.

Mais preocupante, o ganho do **PIB** no quarto trimestre ocorreu porque o trimestre começou muito bem. As estimativas mensais do **PIB** da IHS Markit mostram que em outubro o **PIB** americano tinha crescido cerca de 0,6% em relação a setembro, e 1,4% acima da média do terceiro trimestre. Mas em novembro a economia voltou a piorar. O avanço da covid-19 deprimiu o consumo. O gasto do consumidor cresceu 2,5% (anualizado) no quarto trimestre, após a alta extraordinária de 41% no terceiro. No ano, houve queda de 3,9%, o pior desempenho desde 1932.

No último trimestre de 2020, a economia dos EUA foi impulsionada pelo investimento das empresas e pela construção civil - reflexo das baixas taxas de juros e da demanda por mais espaço trazida pelo home office. O setor de habitação teve alta anual de 33,5%, enquanto o investimento das empresas subiu 13,8%. O gasto do governo caiu 1,2% no último trimestre.

Embora o **PIB** sugira que a economia se recuperou um pouco em dezembro, aparentemente ficou abaixo do nível de outubro. Isso torna mais difícil que a economia dos EUA cresça no atual trimestre.

Ainda assim, graças ao pacote de auxílio de US\$ 900 bilhões aprovado em dezembro, economistas preveem que o **PIB** terá crescimento modesto neste trimestre. E no segundo trimestre, com a expectativa de outro pacote de ajuda financeira e ampla disponibilização de vacinas, a estimativa é de um crescimento muito mais forte.

O enfraquecimento do **PIB** no final quarto trimestre deixa evidente, porém, como a economia continua amarrada à pandemia.

O dado de novos pedidos de seguro-desemprego caiu para 847 mil. Mas esse número é historicamente muito alto e revela que as empresas continuam demitindo em meio às restrições às atividades com a pandemia. Antes da covid-19, os pedidos nunca tinham superado a marca de 700 mil, nem durante a crise de 2008-09.

Isso sugere que cautela do consumidor e novas restrições ainda podem asfixiar o crescimento.

Além disso, embora haja motivos para esperar que as vacinas controlem as infecções ainda neste ano, o surgimento de mutações contra as quais as vacinas atuais podem não ser eficazes, como a cepa que se acredita ter surgido na Amazônia brasileira, levanta a possibilidade de que, daqui a um ano, o país ainda tenha prejuízos com a covid-19. A pandemia pode estar destinada a ser vencida, mas ainda não foi vencida.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186652?page=1§ion=1

Crédito cresce 16% apesar de pandemia

Estevão Taiar e Alex Ribeiro De São Paulo

Influenciado pelas medidas implantadas durante a pandemia, o crédito encerrou 2020 com crescimento forte e disseminado. Neste ano, a tendência é que a expansão continue, mas com menos força, segundo economistas. Eles também alertam para a importância de monitorar o provável crescimento da inadimplência em 2021.

No ano passado, o estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu 15,5%, atingindo pela primeira vez a marca de R\$ 4 trilhões, segundo o Banco Central (BC). A expansão foi registrada nos créditos livre (15,2%), direcionado (15,9%) e para pessoas jurídicas (21,8%) e físicas (10,9%).

"Tivemos um ano muito marcado pela pandemia, recessão econômica e medidas governamentais", disse a jornalista o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Com o objetivo de combater os efeitos econômicos da pandemia, o governo federal criou uma série de linhas emergenciais de crédito, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac). Além disso, permitiu que pessoas físicas adiassem o pagamento de parcelas de empréstimos, por exemplo.

Todas essas medidas ajudaram a levar a inadimplência para o menor patamar da história: 2,1% em dezembro. Para as pessoas físicas e jurídicas, por sua vez, o índice ficou em 1,2% e 2,8%, respectivamente. "Isso está pelo menos parcialmente impactado pelas renegociações e prorrogações de dívida", afirmou.

"A questão que fica [para 2021] é a inadimplência", diz Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acre-fi). Ele afirma que, com a segunda onda da pandemia, a lentidão da vacinação em massa e o fim do auxílio emergencial, "é provável que a economia tenha um desempenho fraco no primeiro semestre". Tingas lembra que a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), por exemplo, já vem alertando para os impactos econômicos das novas restrições de mobilidade sobre o setor. Por isso, ele sugere que a "ponte financeira" implantada para socorrer a economia em 2020 seja "em parte estendida" no começo de 2021.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, "inadimplência tende a ser um grande problema neste ano". "As pessoas desconsideraram muito o crescimento forte de consumo de bens via crédito no ano passado, especialmente de eletrodomésticos e eletroeletrônicos", diz. Ele lembra que o próprio BC publicou em um Relatório Trimestral de **Inflação** um estudo que mostrava "forte crescimento" do uso de boletos entre a população de baixa renda em 2020.

Outro fator destacado pelo economista é a alta dos empréstimos consignados para aposentados. Muitas vezes esse grupo é a principal fonte de renda da família, principalmente com a elevação do desemprego, usando esse crédito "para manter a renda corrente".

"Os bancos já estão provisionando [recursos] e se precavendo para esse crescimento contratado [da inadimplência]", afirma.

Economista da 4E Consultoria, Bruno Lavieri também espera alta da inadimplência neste ano, mas não para "níveis alarmantes", dada a baixa base de comparação. "Sabemos que os bancos não foram displicentes nas análises de crédito. Difícilmente haveria uma alta da inadimplência que gerasse alguma preocupação mais ampla." O próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou nesta semana que a autoridade monetária vem debatendo a possibilidade de implantar novamente em 2021 algumas das medidas de crédito do ano passado.

Para este ano, a equipe econômica do Banco Safra espera crescimento mais lento do crédito, "à medida que o término dos programas criados pelo governo para mitigar os efeitos da crise causada pela pandemia se materializar".

O BC também calcula que a expansão do crédito em 2021 será menor, com alta de 7,8%. A projeção é de crescimento para os créditos livre (11,1%), direcionado (3,3%), pessoas físicas (10,6%) e pessoas jurídicas (4,2%).

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

"Kit Brasil" volta a valer após sinal de alta de Selic

Adriana Cotias De São Paulo

- Dólar, que serviu de guarda-chuva para tempos incertos, pode não servir mais como "hedge"

O primeiro mês de 2021 foi de vaivém para a bolsa e para títulos de renda fixa longos, considerados de maior risco. Depois de o Ibovespa superar a marca dos 125 mil pontos no início de janeiro, o principal termômetro do mercado de ações fechou ontem com 118.883 pontos, um recuo de 0,11%. O IMA-B 5 +, índice da Anbima que representa uma cesta de papéis atrelados à **inflação** com prazo a partir de cinco anos, recuava 2,26%. O dólar voltou a subir, com alta de 4,74%.

Nem por isso, gestores de recursos e especialistas em investimentos perderam o viés positivo para ativos de risco. Contra intuitivamente, foi a sinalização do Comitê de Política Monetária (Copom), de que pode começar a subir a Selic, que trouxe melhores expectativas, associada ao início da vacinação contra a covid-19.

Ações, Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B, ou Tesouro IPCA), multimercados e fundos offshore aparecem na lista de alternativas indicadas para atravessar um ano que promete ser ainda complicado. O dólar, que serviu de guarda-chuva para um 2020 assolado pela pandemia, não é agora o melhor caminho, segundo alguns gestores de recursos. No manejo das suas próprias carteiras, um dos principais posicionamentos em moedas prevê um real mais valorizado.

Com farta liquidez e juros próximos de zero ou negativos, tanto aqui quanto lá fora, não há alternativa a não ser por dinheiro em ativos de risco, diz Fernando Barrozo do Amaral, CEO do GGP Family Office. "Não tem muito para onde correr e não ficar mais posicionado mesmo." Com o número de casos da covid-19 voltando a aumentar e pressões para a extensão do auxílio emergencial, a questão fiscal segue como fonte de preocupações. "Tem que ter ativos que tragam potencial de retorno e, conseqüentemente, têm mais risco. E buscar outras formas de proteção, não dá para ficar de peito totalmente aberto", diz Amaral.

Ele sugere uma parcela em fundos que invistam no

exterior, para ter uma exposição em moeda diferente. Embora entenda que o alto nível do dólar atrapalhe esse tipo de diversificação agora, o executivo acha que vale aproveitar os momentos de distensão para tomar tal direção. "Se as coisas vão bem e o real se valoriza, o investidor perde o câmbio, mas está, numa outra ponta, em alternativas que estão rendendo positivamente. É pouco provável que tudo esteja ruim no mundo e o Brasil melhor." Amaral cita que em 2020, com o GDI em 2,77% e o IPCA em 4,52%, ao se tirar 15% de Imposto de Renda de uma aplicação de renda fixa, o investidor teve perda real de 2%. Neste ano, com o Copom indicando que pode aumentar a Selic, há uma mudança tênue, e a percepção é que o juro real será novamente negativo. "O Brasil ainda vai estar num ambiente estimulativo de política monetária e isso tem dado o tom de tudo." Com a expectativa que a Selic vá para a casa dos 4% ao ano, ainda será um ambiente ruim para a renda fixa em geral, afirma Amaral. Precisaria ter uma aceleração maior para justificar a alocação, diz. Se antes um passo conservador significava aumentar a parcela em CDI, agora isso tira retomo da carteira.

Para o Tesouro IPCA, que mostrou um bom resultado em 2020, o risco é haver quedas pelo caminho se houver uma deterioração fiscal. A preferência é pelos títulos mais curtos, com vencimento em 2026 e uma parcela menor nos títulos com resgate em 2030.

Bolsa é um ativo que a GGP ainda vê valor pelo combustível do fluxo do estrangeiro e também pela migração do investidor local que tem saído das opções conservadoras. Em meio à avaliação de que não tem muito para onde correr, o risco é inflacionar o preço das ações. "Começa a ter uma conversa se tem ou não bolha, se os preços estão exagerados, se na frente vai haver uma correção forte. Ninguém consegue saber em que momento começa, se está no meio ou perto do fim." Os multimercados, na sua visão, são uma boa forma de ter acesso a um portfólio mais equilibrado delegando a um gestor profissional a diversificação entre classes e regiões, para além do kit Brasil.

Ao tirar o "forward guidance" e adotar um tom mais duro sobre o futuro da política monetária, o Copom demonstrou estar preocupado com a influência do câmbio na **inflação**, diz Luiz Eduardo Portella, sócio e gestor da Novus. "O BC não pode falar isso com todas

as letras, mas está incomodado. O diagnóstico é que precisa ter um juro mais próximo de outros emergentes, como África do Sul ou México, e assim reduzir a volatilidade da moeda." O gestor acha que o BC virou a mão mesmo e que o ciclo de ajuste vai ser de meio em meio ponto percentual, já a partir de março, com a Selic chegando a 5% ao ano. "Isso tem grandes implicações para investimentos", afirma Portella. "O grande "trade" que o mercado teve até aqui, que era comprar dólar e bolsa, e vender juros vai mudar. Com os juros mais alinhados com outros emergentes, o câmbio não vai ser mais um bom hedge, vai ter um desmonte dessas operações." Ele cita que o investidor estrangeiro tem no mercado futuro da B3 uma posição comprada equivalente a US\$ 25 bilhões, usada como hedge para a bolsa local e para outras moedas emergentes. "É claro que tem risco fiscal embutido no câmbio, mas parece que o diagnóstico do BC é que o diferencial de juros passou a ter um peso grande." O gestor vê muito prêmio nos contratos de juros longos e vê essa gordura sendo queimada. Nos títulos indexados ao IPCA, Portella diz preferir os vencimentos mais longos, com taxas perto de 4%, mais a variação do índice de preços. "Protege da variação da **inflação**. É um investimento de risco, mas quando compara com bolsa tem um "sharp" [índice que pondera a relação risco/retorno] melhor nesse preço, com o BC retomando as rédeas, tirando o juro excessivamente estimulativo." Metade do risco do multimercado da Novus está em bolsa. A carteira, que estava dividida entre ações locais e dos Estados Unidos, agora ganhou ênfase em papéis descontados no Brasil. "O que subiu muito nos últimos meses foram bancos e commodities, a parte mais ligada à economia real ficou para trás", diz Portella. BR Malls, Lojas Renner e MRV estão entre as principais posições. A virada de chave do governo, "comprando a ideia da vacina", ajuda a ter um prognóstico melhor para a atividade a partir do segundo semestre.

Com os possíveis impactos positivos do aumento de juros sobre o real e a melhora nas condições financeiras como um todo, a bolsa tem potencial de trazer bons retornos, segundo Luiz Se-drani, diretor de investimentos da BV Asset. "Tem "upside", não o que se viu de março até agora, mas a expectativa é de retomada nos resultados, com lucros bons e crescentes ao longo de 2021." O que deve ocorrer, prossegue o executivo, são algumas mudanças setoriais, com a acomodação dos ativos ao processo de normalização dos juros, entre exportadoras, bancos ou companhias ligadas à cadeia imobiliária. Ele diz que a gestão está muito atenta a ações de valor, principalmente com o avanço da vacinação contra a covid-19. Shopping centers ou companhias aéreas tenderiam a mostrar um desempenho melhor, mais pela recuperação dos papéis do que uma super expansão de resultados que sejam comparáveis a

2019, pré-pandemia.

No geral, Sedrani diz estar mais construtivo com ativos brasileiros, com a tendência de taxas de juros mais altas no curto prazo, porém mais comedidas nos vencimentos longos, o que dá um norte para o financiamento do setor corporativo. O executivo entende que a Selic a 2% ao ano já cumpriu o seu papel, e também incentivou o investidor a ir para ações.

"Quem apostou na queda dos juros ganhou dinheiro no ano passado, e também houve um volume para equity grande, com várias aberturas de capital, empresas se fortalecendo com dívida mais barata", diz. "No fim das contas, cria uma base melhor em que se consegue crescer com sustentação e números melhores para a economia." O executivo acha que o viés segue favorável para emergentes e que o fluxo estrangeiro tende a alimentar os preços por aqui, mas em menor ritmo em relação aos últimos meses. Entre os riscos para um ambiente favorável, ele cita uma reversão nas ações das empresas de maior capitalização nos EUA, o desenrolar fiscal no Brasil e a sucessão nas presidências da Câmara e do Senado. O melhor a fazer é repartir o risco entre ativos locais e posições fora do país.

O cenário parece benigno para ativos de risco de forma geral, sob efeitos de políticas monetárias frouxas e do avanço da vacinação, diz Renato Junqueira, sócio-gestor da Gap Asset Management. No Brasil, a situação é um pouco mais delicada com o atraso na imunização contra a covid-19, pressões para prolongar o auxílio emergencial com impactos para as contas públicas, além das mudanças no Congresso.

"O clamor pela extensão do auxílio deixou o mercado um pouco nervoso. Mas não espero uma postura totalmente irresponsável do ponto de vista fiscal", diz. O gestor cita que os números de 2020 foram até melhores do que se previa, com a dívida/**PIB** abaixo de 90%, quando se falava em algo perto de 100%.

Junqueira acha que onde tem mais valor é no real, que sofreu muito na pandemia e está barato, quando se compara a outras moedas emergentes, com desvalorização de até 30% em relação aos pares. "Na nossa visão esse prêmio não é todo pelo lado fiscal, parte grande tem a ver com os juros a 2%", diz. "Quando o BC optou por esse estímulo extraordinário tinha folga grande na **inflação**. Mas é fato que o câmbio não deixa de ser um mecanismo de transmissão da política monetária." Para o gestor, como o câmbio não estava reagindo ao aumento das commodities, havia o risco de o mercado se tornar disfuncional. "A percepção é que o BC deve ajustar a Selic a partir da próxima reunião e rápido, levando a

taxa para pouco acima de 4%, a faixa pré-pandemia."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Uma nova referência para os investimentos - PALAVRA DO GESTOR

Gabriel Leal é sócio e diretor executivo daXPInc. E-mail: gabriel.leal@xpi.com.br

Utilizado durante décadas como principal referência na avaliação da rentabilidade de investimentos, o percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) tem, ainda hoje, um lugar cativo no imaginário popular de boa parte dos investidores, que seguem tomando-o como base na hora de aferir se uma determinada aplicação é ou não digna de receber suas economias.

O leitor provavelmente já se deparou, em seu banco, com anúncios do tipo "CDB a 100% do CDI", "110% do CDI" ou até mais, chegando, em alguns casos a 180% do CDI. Pode até parecer muito, mas, na ponta do lápis (e com matemática financeira simples), essa ideia intuitiva não se sustenta.

Vamos aos números. Um investidor que tenha aplicado seu dinheiro, por exemplo, em um CDB com uma rentabilidade de entre 105% e 110% do CDI obteve, no ano passado, um retorno líquido (descontando o Imposto de Renda em um ano) de 2,3%. Com um IPCA girando acima de 4% no período (até dezembro, último dado do IBGE, era de 4,52% no acumulado do ano), o resultado é um rendimento negativo de aproximadamente 2,2%. Para um produto que tenha pago 120% do CDI em 2020, o rendimento real foi de -1,4%. E para os "incríveis" 180% do CDI, o investidor teria, feitas as contas, uma rentabilidade real também "incrível" (propositalmente entre aspas) de -0,2. Sim, na prática, seu patrimônio não evoluiu. Um resultado que boa parte dos investidores infelizmente não percebe.

É verdade que vivemos um longo período em um cenário de juros em patamares de dois dígitos, o que, por sua vez, incutiu na cabeça do aplicador médio essa ideia de que investimentos que batem o CDI são, por definição, um bom negócio. Para se ter uma ideia, segundo dados do Banco Central (Bacen), em 1999 os juros chegaram ao patamar de 45% ao ano (você leu direito: 45% ano). E até meados da década passada a Selic superava facilmente os 15% ao ano. Era uma festa para os rentistas e uma verdadeira tragédia para o setor produtivo e para o mercado de capitais, que em um mundo de ganhos sem riscos, simplesmente não tinham espaço para se desenvolver.

Mas a realidade é que esse cenário vem mudando. Vivemos, há quase três anos, na era dos juros de um dígito e há mais de um ano em um mundo com a Selic em patamares abaixo dos 5%. E não há, a princípio, qualquer indício de que esse cenário vá mudar. É possível e até esperado, diante de um cenário de **inflação** ainda um pouco elevada em 2021, que, em algum momento-provavelmente no segundo semestre -, o Banco Central inicie um movimento de alta dos juros. Mas essa será uma elevação que, nem de longe, dará margens a previsões de uma volta ao mundo dos dois dígitos com o qual, conforme acabei de mencionar, convivemos durante tanto tempo.

A pesquisa Focus, do Banco Central, que acompanha semanalmente as expectativas econômicas de mais de cem instituições do mercado financeiro, como bancos, gestores de recursos e outras (como consultorias e distribuidoras) indica, para 2023, uma Selic na marca de 6%. É um cenário "até onde a vista alcança", o mais longo que a pesquisa permite antever e, como parece bem claro, está longe dos dois dígitos.

Os tempos da vida fácil das aplicações em renda fixa com alto retorno, baixo risco e alta liquidez, ficaram para trás. Por isso, mais importante do que pensar no rendimento como percentual do CDI é buscar, isso sim, ativos que ofereçam ganho real. A bolsa, com seus mais de 3,2 milhões de pessoas físicas (ante pouco mais de 600 mil em 2010) e o cada vez mais desenvolvido mercado de fundos imobiliários (com mais de R\$ 155 bilhões em recursos administrados) são uma prova dessa nova realidade e do apetite pela renda variável e pelo retorno nominal mais elevado.

Para aqueles investidores que ainda estão presos a essa armadilha do percentual do CDI, sempre há tempo para mudanças de rumo. E as lições para isso são simples. Em primeiro lugar, vale a lei mais elementar e conhecida do mercado financeiro: diversificar, de acordo com as classes de ativos e separando apenas o necessário para garantir reserva de liquidez - ainda assim, buscando apenas em último caso a rentabilidade como percentual do CDI. A segunda dica é ter em mente seu horizonte de aplicação: tenha clareza e aprenda a ter algum estômago para encarar o fato de que oscilações são normais no dia a dia quando se busca um objetivo maior. Aprenda a ver seu patrimônio oscilar no curto prazo para obter rentabilidade maior no médio e longo

prazo. Por fim, invista fora dos grandes bancos. Como eu também costumo dizer, eles não têm a especialização e o foco em investimentos que o atual cenário de juro baixo exige.

É hora de buscar novas formas de avaliar a qualidade dos seus investimentos, como retornos acima do IPCA, que mostra se o crescimento do seu patrimônio efetivamente gerou mais poder de compra, ou índices diferentes para cada classe em que você investe, como o Ibovespa, IHFA, criado pela Anbima para acompanhar multimercados de gestão ativa, entre outros. Finalmente estamos, pelo menos no mercado de investimentos, criando a cultura de um país desenvolvido que busca retorno em ativos reais. Mas é fato que o CDI ainda é capaz de "enganar" a visão de boa parte dos investidores sobre a real rentabilidade dos seus investimentos. A hora é de pensar diferente.

Gabriel Leal é sócio e diretor executivo daXPInc.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Reforma administrativa no centro dos debates - SERVIDOR

Paloma Savedra

A reforma administrativa estará no centro dos debates do Congresso no primeiro semestre. Essa é a expectativa entre os parlamentares - e a vontade da equipe econômica do governo federal, que aponta essa proposta e a PEC Emergencial (186/19) como pontos essenciais para o controle de despesas públicas.

Ainda que os discursos de Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP), principais candidatos à presidência da Câmara dos Deputados, sejam diferentes, tudo caminha nesse sentido.

Candidato do presidente Jair Bolsonaro, Lira já disse que a reforma (PEC 32) será prioridade, assim como o orçamento deste ano e a PEC 186. Nome do bloco de Rodrigo Maia (DEM-RJ), atual chefe da Casa Legislativa, Baleia Rossi, declarou ontem que o avanço do projeto dependerá do envolvimento público de Bolsonaro.

"Sem que haja uma defesa pública e objetiva do próprio presidente da República é muito difícil uma reforma administrativa avançar na Casa", declarou o o parlamentar.

Despesa com pessoal caiu 3,7% em 2020

O Resultado do Tesouro Nacional no ano de 2020, apresentado ontem, apontou queda nos gastos com salários de servidores federais ativos em relação a 2019. Os números foram destacados por algumas entidades, como o Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), que integra o Fórum das Carreiras de Estado.

"Em 2020, números do Tesouro mostram que a despesa com pessoal civil ativo do governo federal, corrigida pela **inflação**, caiu 3,7% em relação a 2019, sendo ainda inferior ao nível alcançado em 2014", detalhou Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical.

Os dados mostram ainda que a despesa com o funcionalismo é menor que a registrada há 22 anos. "Em relação ao **PIB**, o gasto total com servidor é menor do que o observado em 1998. Ou seja, há mais

de 20 anos, não há qualquer descontrole com as despesas de pessoal da União", complementou.

REFORÇO DE CAIXA COM IPTU

Secretário avalia depois do dia 7

O secretário municipal de Fazenda do Rio, Pedro Paulo, espera mais alguns dias para saber, de fato, o resultado fechado da arrecadação do IPTU.

Na quarta-feira, ele divulgou aumento de 240% na receita com a antecipação do pagamento do imposto. À coluna, ele disse que, por enquanto, o número indica (aumento de) adiantamento.

"Precisamos saber se depois do dia 7 (de fevereiro) as antecipações foram maiores que no ano passado", respondeu o secretário ao ser questionado se essa escolha dos cariocas de antecipar o depósito do IPTU ajudará na definição do calendário do 13º salário. "Hoje ainda não há caixa sequer para o pagamento da folha de fevereiro", acrescentou.

Pedro Paulo afirmou na semana passada que o cronograma com as datas de depósito do abono deve sair entre o fim deste mês e o início de fevereiro. São 100.855 servidores ativos, aposentados e pensionistas à espera do pagamento, que não foi feito pela gestão anterior.

Com isso, a atual administração terá que cobrir 15 folhas salariais, ao invés das 13 previstas no orçamento. Para honrar essas obrigações e tentar fechar o ano com o caixa equilibrado, a corrida é pelo aumento da arrecadação, negociação de dívidas do Rio com a União e controle de despesas.

A PREFEITURA de São Gonçalo paga hoje os salários de janeiro para 11.948 servidores ativos, inativos e pensionistas do município. O depósito será antecipado.

Pelo prazo oficial, o crédito sairia no quinto dia útil de fevereiro.

site: www.odia.ig.com.br/colunas/servidor n e-mail: paloma.savedra@odia.com.br

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/8525/29-01->

2021.html

Presidente dá alfinetada em Mourão

» **INGRID SOARES** » **RENATO SOUZA**

O presidente Jair Bolsonaro disparou contra o vice Hamilton Mourão pelos comentários sobre **reforma ministerial**. O general antecipou, nesta semana, que o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, está perto de ser exonerado. "Quem troca ministro é o presidente da República. O vice falou que eu estou para trocar o chefe do Itamaraty.

Quero deixar bem claro uma coisa: tenho 22 ministros efetivos e um que é interino (Pedro Marques de Sousa, da Secretaria- Geral da Presidência). Aí que nós podemos ter um nome diferente ou efetivação do atual.

Nada mais além disso", enfatizou.

"Toda semana recebo da mídia informações de que vão ser trocados ministros, tentando sempre semear a discórdia no nosso governo. Eu lamento que gente do próprio governo, agora, passe a dar palpites no tocante à troca de ministros." Bolsonaro ressaltou que o governo vai bem, apesar da pandemia, e pediu tranquilidade e um voto de confiança da população.

Por fim, em indireta a Mourão, reforçou que "quem quiser escolher ministros, que se candidate em 2022". "O que nós menos precisamos é de palpites na formação do meu ministério. E deixo bem claro: todos os meus 23 ministros eu que escolho e mais ninguém, e ponto final. Se alguém quiser escolher, que se candidate em 2022 e boa sorte em 2023", concluiu.

Demissão Também ontem, Mourão demitiu o assessor que procurou lideranças da Câmara para discutir o impeachment de Bolsonaro.

Mais cedo, porém, em nota, ele havia negado que alguém da sua equipe tivesse feito a investida.

No texto, o general também se disse fiel ao presidente.

As declarações ocorreram após o site O Antagonista publicar que um dos funcionários do gabinete de Mourão enviou mensagens para deputados com a finalidade de agendar conversas sobre o impeachment. O motivo, de acordo com a publicação, seriam as sucessivas falhas de Bolsonaro na condução da pandemia.

"Na profissão que exerci por 46 anos, a lealdade é uma virtude que não se negocia", enfatizou Mourão.

No texto, ele destacou, ainda, que os dias atuais exigem empenho conjunto para combater o avanço da doença no país.

Desde o fim do ano passado, de acordo com interlocutores do governo, o vice-presidente tem se afastado de Bolsonaro.

Apesar de estar à frente de ações de combate ao desmatamento na Amazônia, ele está, cada vez mais, escanteado das decisões do Executivo.

No NE, Bolsonaro pede voto para Lira, 'nosso presidente'

João Pedro Pitombo - própria (SE)

Na reta final para a eleição da presidência da Câmara dos Deputados para o biênio 2021-2022, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defendeu a eleição do líder do centrão, Arthur Lira (PP-AL), para o comando da Casa.

As declarações foram dadas nesta quinta-feira (28) na cidade de Propriá (SE), a 102 km de Aracaju, onde o presidente participou da cerimônia de abertura para o tráfego da nova ponte sobre o rio São Francisco que liga os estados de Sergipe e Alagoas, base eleitoral de Lira.

"Amigos de Sergipe, amigos de Alagoas, se Deus quiser, teremos o segundo homem na linha hierárquica do Brasil, eleito aqui no Nordeste, pela Câmara dos Deputados. O deputado Arthur Lira. Se Deus quiser, [será] o nosso presidente", afirmou Bolsonaro ao encerrar o seu discurso.

Nas últimas semanas, o presidente tem participado diretamente das articulações em torno das candidaturas de Lira para a presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando do Senado. A votação acontece na próxima segunda-feira (1º).

Para tentar eleger Lira, que é líder do centrão, o Palácio do Planalto tem, desde o final do ano passado, acenado com cargos e emendas e ameaçado retirar de funções na máquina federal indicados políticos de deputados federais de siglas como MDB e DEM.

Bolsonaro também aproveitou o evento para fazer afagos ao chanceler Ernesto Araújo, que o acompanhou na solenidade.

Um dia antes, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) afirmou que Araújo pode ser trocado na **reforma ministerial** que deve ocorrer após as eleições no Congresso. O ministro das Relações Exteriores está pressionado no cargo por causa de seus embates com a China e os Estados Unidos.

"Eu sempre digo, se ministro meu for elogiado pela mídia, ele corre o risco de ser demitido. Sem querer generalizar a nossa mídia. Temos bons jornalistas. Mas os figurões da mídia o tempo todo criticam o

nosso Ernesto Araújo. O nosso homem que faz as relações públicas com o mundo todo." No evento desta quinta-feira, Bolsonaro foi acompanhado pelo senador e ex-presidente Fernando Collor (PROS-AL), que defendeu o atual mandatário.

"Agora mesmo, o senhor presidente vem enfrentado uma tempestade, uma tempestade em função do nada, de algo criado do nada. Mas, tenho certeza, posso dizer ao presidente Jair Bolsonaro que em momento nenhum fique desestimulado em função dessas críticas. Isso aí é uma chuva e quem tem o capote que o senhor tem, não tem que ter receio dessa chuva e dessa tempestade", afirmou Collor -alvo ele próprio de um processo de impeachment, em 1992.

"É uma chuva que rapidamente vai passar porque o capote de Vossa Excelência é muito robusto, é o capote que tem o apoio copioso da população brasileira e o apoio fundamental da classe política brasileira que no Congresso Nacional lhe dá sustentação para exercer o papel que lhe foi destinado pela força do voto popular em favor dos brasileiros." Também participou da cerimônia o governador de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD), que foi fortemente hostilizado por bolsonaristas.

Antes e depois do início da cerimônia, Bolsonaro passou cerca de 20 minutos cumprimentando apoiadores. Ele também deixou o perímetro de segurança do evento para saudar caminhoneiros que trafegavam pela BR-101.

O aceno à categoria acontece no momento em que o reajuste nos combustíveis reacendeu a ameaça de greve dos caminhoneiros, movimento previsto por alguns grupos para o 1º de fevereiro. A paralisação é minimizada pelo governo.

Depois do ato, o presidente voltou a cumprimentar apoiadores e caminhoneiros. Junto com sua comitiva, foi almoçar em um restaurante nas margens da BR-101.

A obra de duplicação da ponte que liga Propriá (SE) a Porto Real do Colégio (AL) foi iniciada em 2013, na gestão da então presidente Dilma Rousseff (PT), e teve a sua estrutura principal concluída em 2017, no governo Michel **Temer** (MDB), com investimentos de

R\$ 126 milhões.

Em maio de 2019, o governo Bolsonaro iniciou a duplicação em pavimento de concreto da via de ligação e o encabeçamento da ponte, etapa da obra na qual as cabeceiras das estruturas são aterradas para nivelá-las na altura da rodovia.

Ao todo foram investidos R\$ 21 milhões do Ministério da Infraestrutura nessa etapa da obra, que durou de maio de 2019 a janeiro de 2021.

A nova ponte tem 860 metros de extensão e 24 de largura. Com quatro faixas de rolamento, forma uma nova ligação entre Alagoas e Sergipe pela BR-101. Ao todo, já foram duplicados 50 km da rodovia federal em Alagoas e outros 26 km em Sergipe.

*

"Amigos de Sergipe, amigos de Alagoas, se Deus quiser, teremos o segundo homem na linha hierárquica do Brasil, eleito aqui no Nordeste, pela Câmara dos Deputados. O deputado Arthur Lira. Se Deus quiser, o nosso presidente" Jair Bolsonaro em discurso em Sergipe

"É uma chuva [as críticas a Bolsonaro], e quem tem o capote que o senhor tem não tem que ter receio dessa chuva e dessa tempestade" Fernando Collor ex-presidente impedido em 1992

Entenda a eleição para o comando de Câmara e Senado

Quais ritos antecedem a eleição no Congresso?

A primeira etapa é a definição dos pré-candidatos, com início para a negociação de votos. Com a indefinição sobre a possibilidade de reeleição de Maia e Alcolumbre, esse processo só ganhou força em janeiro, após o veto do Supremo. Na Câmara, os principais nomes são os deputados Arthur Lira (PP-AL), que lançou a candidatura dias após a decisão do STF e tem o apoio do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), e Baleia Rossi (MDB-SP), candidato de Maia, anunciado em 23 de dezembro. Para ser eleito presidente da Câmara em primeiro turno, o deputado precisa de 257 votos. Também estão na disputa Alexandre Frota (PSDB-SP), André Janones (Avante-MG), Capitão Augusto (PL-SP), Fábio Ramalho (MDB-MG), Luiza Erundina (PSOL-SP) e Marcei Van Hattem (Novo-RS). No Senado, Alcolumbre oficializou o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como candidato, que recebeu o apoio de Bolsonaro e também do PT. A principal oponente é a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Simone Tebet (MDB-MS).

Quais os poderes dos presidentes das duas Casas?

Na Câmara dos Deputados, cabe ao presidente o controle da pauta do plenário, que, até o final de 2020, tinha mais de mil projetos na fila. Em sua gestão, Maia priorizou pautas da área econômica, como a reformada Previdência, e deixou de lado projetos conservadores.

A professora Graziella Testa, da Escola de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas do Distrito Federal, afirma que diante da fragmentação partidária, que coloca o presidente como um articulador, e do trabalho remoto, que impede o funcionamento das comissões centralizando o poder nos líderes, o papel do presidente "nunca foi tão importante". Arnaldo Maurberg, professor do Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasília), acrescenta que cabe ao Executivo negociar um nome, mas também buscar pontes caso outro candidato seja eleito, uma vez que além do controle da agenda, o chefe da Casa também é quem autoriza ou não a abertura do processo de impeachment do presidente da República. Além disso, o presidente da Câmara também é o segundo na linha sucessória da Presidência da República, seguido pelo presidente do Senado, que tem entre suas atribuições presidir as sessões conjuntas do Congresso, além de ter controle da pauta da Casa.

Haverá mudanças por causada pandemia?

Apesar da pandemia de Covid-19, as duas Casas informaram que irão realizar a votação de forma presencial. Para evitar aglomeração no plenário, deputados estudam colocar urnas no Salão Verde e em outras salas da Câmara, além de promover uma votação com horários pré-estabelecidos e também pelo esquema "drive-thru"

Sítio:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49421>

Centrão prepara 'day after' da eleição com ocupação de cargos

Vera Rosa

O Centrão já se prepara para o "day after" da disputa que vai escolher a nova cúpula do Congresso, na próxima segunda-feira. A expectativa de vitória do deputado Arthur Lira (Progressistas- AL) na eleição para a presidência da Câmara já começou a provocar a "divisão" da Esplanada por líderes do grupo. O maior objeto do desejo é o Ministério da Saúde, comandado pelo general Eduardo Pazuello, com orçamento estimado em R\$ 136,7 bilhões para 2021. Integrantes da equipe da Saúde na época em que Ricardo Barros era ministro têm recebido telefonemas de possíveis "nomeados", curiosos em saber como funciona a estrutura da pasta.

Além do organograma dos ministérios, os que já se consideram a um passo de assumir os cargos também tentam descobrir com quantos funcionários podem contar em cada secretaria. Outro alvo da cobiça do Centrão é o Ministério da Cidadania, responsável pelo programa Bolsa Família e hoje nas mãos de Onyx Lorenzoni (DEM), que, ao que tudo indica, será transferido para a Secretaria-Geral da Presidência.

Deputados aliados do governo dizem que a promessa do Palácio do Planalto, nessa reta final da campanha, prevê "porteira fechada".

O jargão político é usado para se referir à "entrega" de um ministério, com a ocupação de todos os seus postos, para os apadrinhados por um mesmo partido.

Ricardo Barros comandou a Saúde na gestão de Michel **Temer** e hoje é líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara. Filiado ao Progressistas, mesmo partido de Lira, Barros está empenhado em angariar votos para o candidato do Centrão. Nega, porém, que seu nome integre a lista dos cotados para substituir Pazuello. O general enfrenta um desgaste atrás do outro diante das falhas cometidas na condução da crise de covid-19.

Bolsonaro planeja uma **reforma ministerial** após a troca de comando no Congresso, mas o tamanho da dança das cadeiras ainda está sob análise. O ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, por exemplo, deve continuar à frente da articulação com o Legislativo.

"O que menos precisamos é de palpiteiro no tocante à formação do meu ministério", disse ontem o presidente. Foi uma estocada no vice, Hamilton Mourão, que, no dia anterior, havia admitido a possibilidade de troca do chanceler Ernesto Araújo.

Na Câmara, apoiadores do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), principal adversário de Lira, se queixam cada vez mais da pressão do Planalto para que mudem seus votos na eleição. Ramos desmente esse assédio e diz que um gesto assim seria até "ofensivo" com o Congresso.

A disputa virou um jogo de "tudo ou nada" para o Planalto porque Bolsonaro avalia que, se Baleia vencer, será pressionado por aliados, principalmente pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e por partidos de esquerda, a aceitar um dos 59 pedidos de impeachment parados na Câmara.

O racha no DEM, no entanto, fez o grupo de Lira e o governo cantarem vitória antecipada.

Uma operação de emergência montada por Maia tenta agora manter o DEM no bloco de sustentação de Baleia, mas não está fácil. Até mesmo governadores, como João Doria, de São Paulo, foram acionados para ajudar, porque também há dissidências no PSDB.

O ex-prefeito de Salvador ACM Neto, presidente do DEM, desembarcou em Brasília ontem, três dias depois de Lira ter sido recebido com festa na capital baiana por deputados do partido. Neto participou de reunião na casa de Maia, onde foi desenhada uma ofensiva para atrair os desgarrados, que inclui insistentes telefonemas em busca de adesões e até atendimentos de demandas estaduais onde o DEM e o PSDB governam.

A prioridade da cúpula do DEM é eleger Rodrigo Pacheco (MG), candidato do partido à sucessão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mas a falta de apoio de ACM Neto à campanha de Baleia irritou Maia. Enquanto isso, o presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira (PI), continua pedindo para o ex-prefeito de Salvador ser "imparcial". É que, no Senado, Pacheco conta com o apoio do Progressistas de Lira, seu principal rival na Câmara.

Nesse jogo de casamentos, traições e divórcios

litigiosos, "tudo pode acontecer, inclusive nada", como diria o ex-vice-presidente Marco Maciel, expoente das fileiras do antigo PFL, hoje DEM.

- REPÓRTER ESPECIAL EM BRASÍLIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pasta do Bolsa Família deve ir para Republicanos

NATÁLIA PORTINARI E JUSSARA SOARES
opais@oglobo.com.br BRASÍLIA

O Republicanos, integrante do centrão e partido de dois filhos do presidente Jair Bolsonaro, deve indicar o novo ministro da Cidadania, pasta mais cobiçada nas mudanças que devem ocorrer no primeiro escalão no próximo mês. O ministério é responsável por gerenciar o Bolsa Família e operacionalizou também o auxílio emergencial, que parlamentares desejam retomar.

A expectativa é que o atual titular da pasta, Onyx Lorenzoni, retorne ao Palácio do Planalto para ocupar a Secretária-geral, que está nas mãos de um interino.

O Republicanos debate internamente quem indicar. Presidente da legenda, o deputado federal Marcos Pereira (SP) é quem irá bater o martelo, de acordo com fontes do governo. O próprio deputado é visto pelo Planalto como uma opção, mas diz não querer assumir um ministério - ele ocupou a pasta da Indústria e Comércio no governo Michel **Temer**.

Pereira estava entre os deputados que buscavam apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para disputar o comando da Casa, mas percebendo que seria preterido mudou de lado e articula em prol do governista Arthur Lira (PP-AL). Ele esteve com Bolsonaro e Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, na semana passada.

COTADOS

No Republicanos, os nomes analisados são de Jhonatan de Jesus (RR), atual líder do partido na Câmara, e João Roma (BA), também deputado. Jhonatan de Jesus é nome de confiança e aliado de Marcos Pereira. Roma é próximo de ACM Neto, presidente do DEM. Segundo deputados do partido, a ideia é não indicar alguém diretamente ligado à Igreja Universal, que é ligada à legenda, mas não quer participar diretamente do governo.

Na semana que vem, após a eleição para a presidência da Câmara, os líderes de partidos de centro que apoiam Lira -e esperam que sua vitória se concretize -querem debater uma **reforma ministerial**. Um dos principais questionamentos do grupo é sobre a militarização do Planalto. Há críticas a Ramos e também a Braga Netto, da Casa Civil, mas sem

indicativo de que haverá mudança de fatos nessas pastas. O retorno de Onyx ao Planalto seria uma tentativa de resposta às reclamações.

Bolsonaro descartou ontem a possibilidade de grandes mudanças no primeiro escalão. Falando com apoiadores, citou apenas a Secretária-geral, ocupada interinamente por Pedro César Nunes, subchefe da Casa Civil, desde que Jorge Oliveira assumiu no fim do ano passado uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU).

-Tenho 22 ministros efetivos e um que é interino. Aí que nós podemos ter realmente um nome diferente ou a efetivação do atual. Nada mais além disso - afirmou o presidente.

Candidato à presidência da Câmara, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) reclamou ontem da "interferência excessiva do Executivo no Legislativo" e disse que quer ser presidente "de uma Câmara que não se vende por 30 moedas":

- Esta interferência apequena o nosso Parlamento, e eu quero ser presidente de uma Câmara que não se vende por 30 moedas, eu quero ser presidente de uma Câmara que possa contribuir com o nosso país.

Lira, por sua vez, afirmou que ninguém vai "influir" na presidência da Câmara, caso conquiste o cargo. Na véspera, após se reunir com 30 deputados do PSL, Bolsonaro usou o verbo ao descrever sua atuação na eleição.

- Eu não ouvi ninguém dizer que vai influir na presidência da Câmara. Ninguém influi na presidência da Câmara. E diferente do que ele (Bolsonaro) pode ter dito. Eu sou um candidato. Se tiver a oportunidade de ser eleito, serei independente, altivo, autônomo e harmônico - afirmou Lira.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ministros de Bolsonaro pedem demissão para votarem em Lira (Lauro Jardim)

O Diário Oficial de hoje publica a exoneração a pedido dos ministros Onyx Lorenzoni e Tereza Cristina. Calma. Nenhuma reforma ministerial começou.

A dupla apenas vai, como o previsto, se licenciar para votar em Arthur Lira na eleição para a Presidência da Câmara . Ambos são do DEM, de Rodrigo Maia.

Na terça-feira, voltarão aos seus cargos.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ministros-de-bolsonaro-pedem-demissao-para-votarem-em-lira.html>

Após reforma ministerial, Republicanos deve indicar titular da Cidadania

Natália Portinari e Jussara Soares

Pandemia de Coronavírus: na Caixa Econômica da rua Cardoso de Morais, em Bonsucesso, pessoas fazem fila para receber o Bolsa Família Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

BRASÍLIA - O Republicanos, integrante do centrão e partido de dois filhos do presidente Jair Bolsonaro, deve indicar o novo ministro da Cidadania, pasta mais cobiçada nas mudanças que devem ocorrer no primeiro escalão no próximo mês. O ministério é responsável por gerenciar o Bolsa Família e operacionalizou também o auxílio emergencial, que parlamentares desejam retomar.

A expectativa é que o atual titular da pasta, Onyx Lorenzoni, retorne ao Palácio do Planalto para ocupar a Secretaria-Geral, que está nas mãos de um interino.

O Republicanos debate internamente quem indicar. Presidente da legenda, o deputado federal Marcos Pereira (SP) é quem irá bater o martelo, de acordo com fontes do governo. O próprio deputado é visto pelo Planalto como uma opção, mas diz não querer assumir um ministério - ele ocupou a pasta da Indústria e Comércio no governo Michel Temer.

(Leia a íntegra da matéria exclusiva para assinantes)

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-reforma-ministerial-republicanos-deve-indicar-titular-da-cidadania-24860104>